Ser Educacional S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2014
e relatório dos auditores independentes

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ser Educacional S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Ser Educacional S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ser Educacional S.A. e da Ser Educacional S.A e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recife , 31 de março de 2015

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador CRC 1PE016700/O-0

Ser Educacional S.A.

Balanço patrimonial
Em milhares de reais

Ativo	Nota explicativa	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	39.021	215.131	73.248	217.260
Títulos e valores mobiliários	6	63.418	84.311	63.418	84.311
Contas a receber de clientes	7	83.837	46.345	201.321	90.641
Tributos a recuperar	8	1.474	961	3.289	2.513
Adiantamentos a fornecedores		2.063	1.631	9.066	5.499
Partes relacionadas	23.a	7.478	6.358		2.270
Outros ativos		5.098	2.201	9.014	3.916
		202.389	356.938	359.356	406.410
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	7	3.246	4.216	4.173	5.476
Outros ativos		1.538	1.121	6.017	1.864
Ativos de indenização	24.d	3.249	3.249	112.015	3.249
Investimentos	9	400.625	188.946		
Intangível	10	13.250	7.149	241.815	70.849
Imobilizado	11	353.013	256.883	525.787	315.517
		774.921	461.564	889.807	396.955
Total do ativo		977.310	818.502	1.249.163	803.365

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Circulante					
Fornecedores	12	10.599	9.067	17.314	11.377
Compromissos a pagar	13	14.876	14.600	52.820	14.600
Empréstimos e financiamentos	14	28.445	15.629	33.264	17.836
Salários e encargos sociais	15	29.301	19.068	55.270	31.331
Tributos a recolher	8	3.955	4.938	11.991	8.267
Imposto de renda e contribuição social a recolher		666	1.387	3.789	2.579
Obrigações de arrendamento mercantil	16	3.011	2.688	3.816	2.867
Partes relacionadas	23.a	26.067	56.330		
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	17.g	8.232		8.232	
Outros passivos		1.595	783	10.183	3.585
		126.747	124.490	196.679	92.442
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	71.699	86.953	74.673	90.000
Obrigações de arrendamento mercantil	16	147.511	150.298	217.531	158.355
Compromissos a pagar	13	2.952	5.097	12.952	5.097
Parcelamentos de tributos				409	99
Provisão para contingências	24	1.749	298	120.267	6.006
		223.911	242.646	425.832	259.557
Patrimônio líquido	17				
Atribuído aos acionistas da controladora					
Capital social		377.048	100.751	377.048	100.751
Reserva de capital			276.297		276.297
Reserva de lucros		250.190	77.059	250.190	77.059
Ajustes de avaliação patrimonial		(586)	(2.741)	(586)	(2.741)
Total do patrimônio líquido		626.652	451.366	626.652	451.366
Total do passivo e patrimônio líquido		977.310	818.502	1.249.163	803.365

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota Explicativa	Controladora	
		2014	2013
Receita líquida dos serviços prestados	18	376.815	253.490
Custo dos serviços prestados	19	(135.727)	(93.488)
Lucro bruto		241.088	160.002
Despesas gerais e administrativas	20	(127.296)	(89.131)
Outras despesas operacionais, líquidas		(5.382)	(4.123)
Participação nos lucros de controladas	9.b	116.957	66.646
Lucro operacional		225.367	133.394
Receita financeira	21	35.308	10.870
Despesas financeiras	21	(35.483)	(25.172)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	21	(175)	(14.302)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		225.192	119.092
Imposto de renda e contribuição social	22	(35.039)	(21.409)
Incentivo fiscal - Prouni	22	23.711	18.637
Lucro líquido do exercício		213.864	116.320

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota Explicativa	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Receita líquida dos serviços prestados	18	705.067	456.761
Custo dos serviços prestados	19	(267.295)	(180.170)
Lucro bruto		437.772	276.591
Despesas gerais e administrativas	20	(200.317)	(135.115)
Outras despesas operacionais, líquidas		(8.106)	(4.098)
Lucro operacional		229.349	137.378
Receita financeira	21	42.260	15.236
Despesas financeiras	21	(41.447)	(31.118)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	21	813	(15.882)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		230.162	121.496
Imposto de renda e contribuição social	22	(81.392)	(46.740)
Incentivo fiscal - Prouni	22	65.094	41.541
Lucro líquido do exercício		213.864	116.297
Atribuível a			
Acionistas da Controladora		213.864	116.320
Participação dos não controladores			(23)
		213.864	116.297
Média ponderada das ações no final do exercício (em milhares)		125.213	110.635
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Controladora durante o exercício (expresso em R$ por ação)		1,71	1,05

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Lucro líquido do exercício		213.864	116.320	213.864	116.297
Outros componentes do resultado abrangente do exercício					
Hedge de fluxo de caixa, líquido dos impostos					
Resultado abrangente do exercício		213.864	116.320	213.864	116.297

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido
Em milhares de reais

		Atribuível aos acionistas da controladora											
						Reserva de lucros							
	Nota Explicativa	Capital social	Gastos com emissões de ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de capital	Incentivos fiscais	Legal	Retenção	Dividendos propostos	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 01 de janeiro de 2013		71.837	(866)	(4.929)		53.625	8.061	65.447			193.175	23	193.198
Lucro líquido do exercício	25									116.320	116.320	(23)	116.297
Constituição da reserva de incentivo fiscal	17.c					18.637				(18.637)	-		-
Constituição da reserva legal	17.d						5.816			(5.816)	-		-
Integralização do capital social		136.743				(61.649)	(8.560)	(66.534)			-		-
Cisão		(125.704)									(125.704)		(125.704)
Distribuição pública primária	1	17.875			291.839						309.714		309.714
Custos incorridos deliberação CVM 556/08	1		866		(15.542)						(14.676)		(14.676)
Constituição da reserva de retenção de lucros								58.157	4.059	(62.216)	-		-
Distribuição de dividendos										(27.463)	(27.463)		(27.463)
Realização do ajuste do custo atruibuído (*"deemed cost"*)	17.f			2.188						(2.188)	-		-
Em 31 de dezembro de 2013		100.751	-	(2.741)	276.297	10.613	5.317	57.070	4.059	-	451.366	-	451.366
Em 01 de janeiro de 2014		100.751	-	(2.741)	276.297	10.613	5.317	57.070	4.059	-	451.366	-	451.366
Lucro líquido do exercício	25									213.864	213.864	-	213.864
Constituição da reserva de incentivo fiscal	17.c					23.711				(23.711)	-		-
Constituição da reserva legal	17.d						10.693			(10.693)	-		-
Distribuição de dividendos									(4.059)	(20.080)	(24.139)		(24.139)
Aumento de capital		276.297			(276.297)						-		-
Juros Sobre Capital Próprio	17.g									(14.439)	(14.439)		(14.439)
Constituição da reserva de retenção de lucros								142.786		(142.786)	-		-
Realização do ajuste do custo atruibuído (*"deemed cost"*)	17.f			2.155						(2.155)	-		-
Em 31 de dezembro de 2014		377.048	-	(586)	-	34.324	16.010	199.856	-	-	626.652	-	626.652

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais - ITR.

Ser Educacional S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Períodos findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		225.192	119.092	230.162	121.496
Ajustes de					
Depreciação e amortização	10 e 11	18.581	14.459	24.623	19.659
Provisão para contingências		480	(165)	(603)	931
Resultado de equivalência patrimonial	9.b	(116.957)	(66.646)		
Constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa	7.e	10.966	10.876	25.468	20.001
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	21	33.484	23.147	36.985	24.977
		171.746	100.763	316.635	187.064
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(47.487)	(24.926)	(100.575)	(53.597)
Tributos a recuperar		(513)	2.146	(485)	2.413
Adiantamentos a fornecedores		(1.271)	(174)	(2.413)	(3.374)
Outros ativos		(2.355)	(414)	(3.430)	(1.236)
Fornecedores		1.532	7.308	5.264	7.317
Salários e encargos sociais		10.233	8.659	7.100	12.631
Tributos a recolher		(2.125)	2.575	(1.417)	1.527
Imposto de renda e contribuição social a recolher		(704)	406	1.066	526
Outros passivos		1.782	405	5.542	4.688
Caixa gerado nas operações		130.838	96.748	227.287	157.959
Juros pagos de empréstimos e arrendamentos		(28.209)	(19.956)	(33.949)	(21.868)
Imposto de renda e contribuição social pago		(11.328)	(2.771)	(16.298)	(5.157)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		91.301	74.021	177.040	130.934
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Títulos e valores mobiliários		20.893	(84.291)	20.893	(84.291)
Capitalização e aquisições de investimentos	9 e 26	(161.136)	(39.781)		
Recebimentos de dividendos das investidas		52.717			
Adições ao imobilizado	11	(108.029)	(68.695)	(150.800)	(95.528)
Adições ao intangível	10.a	(8.015)	(5.749)	(10.474)	(6.937)
Aquisição de controladas, líquido do caixa obtido na aquisição	26			(134.294)	(17.077)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(203.570)	(198.516)	(274.675)	(203.833)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	14	-	54.500	-	54.669
Amortização de empréstimos e financiamentos	14	(8.784)	(36.063)	(8.815)	(39.565)
Amortização de arrendamentos mercantis	16	(7.360)	(722)	(8.328)	(859)
Partes relacionadas	23.a	(18.463)	45.429	-	(2.271)
Distribuição pública primária			295.038	-	295.038
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas da companhia		(29.234)	(34.035)	(29.234)	(34.035)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		(63.841)	324.147	(46.377)	272.977
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(176.110)	199.652	(144.012)	200.078
Caixa e equivalentes a caixa		(176.110)	199.652	(144.012)	200.078
No início do período		215.131	15.479	217.260	17.182
No final do período		39.021	215.131	73.248	217.260
Principais transações sem efeito de caixa					
Cisão do imobilizado			138.455		138.455
Cisão dos empréstimos e financiamentos			(4.912)		(4.912)
Cisão dos compromissos a pagar			(7.839)		(7.839)
Cisão do capital social			(125.704)		(125.704)
Captação de leasing e finame		4.142	6.377	7.815	11.225

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais - ITR.

Ser Educacional S.A.

Demonstração do valor adicionado
Período findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Receitas					
Receita de Serviços	18	445.868	308.089	833.080	552.816
Provisão e perda efetiva para crédito de liquidação duvidosa	20	(10.966)	(10.876)	(25.468)	(20.001)
Deduções da Receita	18	(48.673)	(41.451)	(91.990)	(73.095)
		386.229	**255.762**	**715.622**	**459.720**
Insumos adquiridos de terceiros					
Serviços prestados por pessoas física e jurídica	19 e 20	(21.531)	(15.069)	(31.008)	(21.617)
Energia elétrica, água e telefone	19	(6.931)	(5.938)	(15.256)	(11.998)
Publicidade e propaganda	20	(16.765)	(9.247)	(34.287)	(18.668)
Materiais de expediente	20	(5.415)	(3.814)	(8.538)	(6.804)
Outros		(14.916)	(10.792)	(22.029)	(13.051)
		(65.558)	**(44.860)**	**(111.118)**	**(72.138)**
Valor adicionado bruto		**320.671**	**210.902**	**604.504**	**387.582**
Depreciação e amortização	19 e 20	(18.581)	(14.459)	(24.623)	(19.659)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		**302.090**	**196.443**	**579.881**	**367.923**
Receitas financeiras	21	35.308	10.870	42.260	15.236
Participação no lucro de controladas	9.b	116.957	66.646		
Valor adicionado total a distribuir		**454.355**	**273.959**	**622.141**	**383.159**
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos sociais	19 e 20	(135.824)	(91.736)	(261.029)	(170.355)
Impostos, Taxas e Contribuições		(34.309)	(17.506)	(56.474)	(30.480)
Tributos Federais		(14.023)	(3.398)	(20.717)	(6.357)
Tributos Municipais		(20.286)	(14.108)	(35.757)	(24.123)
Remuneração de capitais de terceiros		(70.358)	(48.397)	(90.774)	(66.027)
Despesas financeiras	21	(35.483)	(25.172)	(41.447)	(31.118)
Aluguéis	19	(34.875)	(23.225)	(49.327)	(34.909)
Lucro Líquido do Período		(213.864)	(116.320)	(213.864)	(116.297)
Valor adicionado distribuído		**(454.355)**	**(273.959)**	**(622.141)**	**(383.159)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais - ITR.

1 Informações gerais

A Ser Educacional S.A. ("Companhia") e suas controladas (conjuntamente, "Grupo") tem como atividades preponderantes o desenvolvimento e administração de atividades nas áreas de educação de graduação, pós graduação, educação profissional e outras áreas associadas à educação e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades empresárias, no Brasil.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em Recife, Estado de Pernambuco é listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, no segmento especial denominado Novo Mercado, sob o código SEER3 onde negocia suas ações ordinárias.

O Grupo possui vinte e três empresas constituídas sob a forma de sociedades de responsabilidade limitada e, reúne uma Universidade, um Centro Universitário e vinte e duas faculdades, distribuídas em onze Estados do país.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2015, segundo as recomendações dos membros do Comitê de Auditoria e Finanças.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, e determinamos ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidada.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas e alterações de normas foram adotadas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2014 e tiveram impactos para o Grupo.

(i) Alteração ao CPC 01/IAS 36 - "Redução no Valor Recuperável de Ativos" sobre a divulgação do valor recuperável de ativos não financeiros. Essa alteração elimina determinadas divulgações do valor recuperável de Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que haviam sido incluídas no IAS 36 com a emissão do IFRS 13.

(ii) Alteração ao CPC 39/IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", sobre compensação de ativos e passivos financeiros. Esta alteração esclarece que o direito de compensação não deve ser contingente em um evento futuro. Ele também deve ser legalmente aplicável para todas as contrapartes no curso normal do negócio, bem como no caso de inadimplência, insolvência ou falência. A alteração também considera os mecanismos de liquidação.

(iii) ICPC 19/IFRIC 21 - "Tributos", trata da contabilização de obrigação de pagar um imposto se o passivo fizer parte do escopo do IAS 37 - "Provisões". A interpretação esclarece qual fato gerador da obrigação gera o pagamento de um imposto e quando um passivo deve ser reconhecido.

(iv) Revisão CPC 07 - "Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas", altera a redação do CPC 35 - "Demonstrações Separadas" para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 - Separate Financial Statements, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade. Especialmente para fins de IFRS, as modificações do IAS 27 foram adotadas antecipadamente.

Outras alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro a ser iniciado em 1o de janeiro de 2014 não são relevantes para o Grupo.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação é assim resumida:

	Diretas %		Indiretas %	
	2014	2013	2014	2013
Instituto Campinense de Ensino Superior - ICES	99,99	99,99	100,00	100,00
União de Ensino Superior do Pará – UNESPA (c)			100,00	(a)
Instituto Santareno de Educação Superior – ISES (c)			100,00	(a)
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda. - ABES	99,99	99,99	100,00	100,00
Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. - ADEA	99,99	99,99	100,00	100,00
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.- CETEBA	99,99	99,99	100,00	100,00
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
Centro Nacional de Ensino Superior - CENESUP	99,99	99,99	100,00	100,00
FMN Clinica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
Sociedade de Ensino e Pesquisa de Sergipe - SESPS	99,99	99,99	100,00	100,00
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda	99,99	99,99	100,00	100,00
Centro de Ensino Superior Piauiense - CESP	99,99	99,99	100,00	100,00
Centro Integrado de Educação Superior do Piauí - CIESPI (b)	99,99	0,01	100,00	100,00
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI	99,99	99,99	100,00	100,00
Uninassau Participações S.A.	99,99	99,99	100,00	100,00
Winglet Escola de Aviação	99,99	99,99	100,00	100,00
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
Associação de Ensino Superior Anglo Líder - AESAL	99,99	(a)	100,00	(a)
Centro Educacional e Desportivo FASE	99,99	(a)	100,00	(a)

(a) Empresa adquirida em 2014.
(b) Em 8 de outubro de 2014, a Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda, cedeu e transferiu a totalidade de suas quotas representativas para a Ser Educacional S.A.
(c) A União de Ensino Superior do Pará – UNESPA e Instituto Santareno de Educação Superior – ISES são controladas indiretas da Companhia através da ICES

Em 29 de outubro de 2014, a sociedade controlada Universo Professores Associados – FAUNI alterou a sua razão social para Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda.

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas, sendo que para as contas do resultado, os valores apenas são consolidados da data em que o controle foi adquirido pela companhia em diante.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

2.4.2 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes e estão apresentados na nota 5.

2.4.3 Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 2.5 e 2.3).

2.4.4 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras despesas operacionais, líquidas" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

2.4.5 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços arrecadados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*).

2.6 Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber. É calculada pela administração quando existe evidência objetiva de perda, considerando o fluxo de caixa esperado, descontado pela taxa efetiva de juros.

2.7 Investimentos em controladas (aplicável somente para as demonstrações financeiras individuais)

Os investimentos em empresas controladas, nas demonstrações financeiras da controladora, estão registrados pelo método da equivalência patrimonial.

A participação societária em controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada. Nas demonstrações contábeis individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura - goodwill é apresentado como parte do investimento.

2.8 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor justo do montante pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" no consolidado. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas.

Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

(b) Carteira de alunos

As relações contratuais com alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período esperado da relação com o aluno.

(c) Licenças e implantações de *softwares*

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

(d) Licenças de operação

As licenças de operação são capitalizadas com base nos gastos incorridos junto ao Ministério de Educação referentes à autorização e ao reconhecimento dos cursos oferecidos, assim como recredenciamento das unidades. As licenças têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período de vigência das licenças obtidas junto ao Ministério da Educação.

(e) Conteúdo Digital

O Conteúdo Digital é capitalizado com base nos custos incorridos para adquirir direitos de uso de conteúdos digitais a serem utilizados na prestação de serviço da Companhia. Esses custos são amortizados durante o prazo do contrato.

(f) Convênios

Os convênios são capitalizados com base nos custos incorridos para firmar contratos, junto a empresas parceiras, que confiram aos alunos do Grupo o direito de exercer as atividades de graduação complementares, necessárias para sua formação acadêmica. Esses custos são amortizados durante o prazo dos referidos contrato.

(g) Fundo de comércio

São ativos intangíveis com prazo de vida útil definida, representados por valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais (fundo de comércio). São amortizados linearmente de acordo com o prazo do contrato de aluguel dos imóveis alugados.

(h) Intangíveis identificados em aquisições

Os intangíveis identificados em aquisições são registrados inicialmente pelos seus valores justos com base em laudos de avaliação suportando os montantes alocados nas combinações de negócios efetuadas pela Companhia. Esses ativos intangíveis identificados em aquisições referem-se basicamente aos valores de licenças e credenciamentos de cursos perante ao MEC, marcas e carteira de clientes. Com exceção de carteira de clientes, estes ativos identificados em aquisições possuem vida útil indefinida e estão sujeitos a testes anuais de recuperabilidade.

(i) Marcas registradas

As marcas registradas são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 15 a 20 anos. As marcas não possuem vida útil definida.

2.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e perda para *impairment*. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado.
Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.10 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, marcas, licenças de cursos, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment)*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.11 Fornecedores e compromissos a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e os compromissos a pagar são obrigações decorrentes da aquisição de imóveis e dos saldos a pagar oriundos de combinações de negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar a fornecedores e os compromissos a pagar são apresentados como passivo não circulante.

As contas a pagar aos fornecedores e os compromissos a pagar são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.12 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

O Grupo arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Grupo detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados como ativo imobilizado no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento em contrapartida de um passivo de arrendamentos a pagar.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em obrigações de arrendamentos mercantis. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.14 Provisões

As provisões para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança, com base nos julgamentos dos consultores jurídicos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15 Tributação

(a) Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. Para as unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI", as atividades de ensino superior de graduação gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica "IRPJ" e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL".

(b) PIS e COFINS

Para as receitas das atividades de ensino, com exceção das atividades de graduação das unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI", incidem o Programa de Integração Social "PIS" e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social "COFINS" nas alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incidem o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%.

As atividades de graduação nas unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI" são isentas do Programa de Integração Social "PIS" e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social "COFINS".

(c) PROUNI

As unidades que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica "IRPJ" e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL", instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e,
- PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica.

Em 12 de setembro de 2013, a Receita Federal do Brasil publicou a Instrução Normativa SRF nº 1394, que regulamenta a Lei nº 11.096/05. A Instrução Normativa SRF nº 1394 introduziu disposições em relação às isenções fiscais instituídas pelo PROUNI, que passou a produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

(d) ISS

As receitas das atividades de ensino incidem o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza "ISS", conforme regulamentado na lei complementar 116/2003, nas alíquotas de 3,00% a 5,00%, a depender do município. O tributo é reconhecido de acordo com o reconhecimento de receita da Companhia.

2.16 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33).

2.17 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.18 Reconhecimento da receita

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

(a) Receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de ensino superior, pós-graduação, cursos livres e atividades educacionais correlatas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.

As mensalidades dos cursos e seus respectivos descontos variam de acordo com o curso, a Unidade ou o termo acadêmico. As receitas são geradas com base em contratos de preço fixo, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. Os recebimentos antecipados de mensalidades são registrados como "Outros passivos" e reconhecidos no mês de competência da prestação dos serviços.

A Companhia aderiu, em outubro de 2013, ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC), criado pelo Ministério da Educação (MEC) para expandir a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores brasileiros. As receitas são geradas com base na bolsa-formação, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação de serviço, considerando a confirmação de presença por cada aluno, de acordo com as condições e requisitos do programa.

A Companhia registra como desconto os encargos educacionais decorrentes dos contratos de financiamento garantidos pelos alunos que aderiram ao FGEDUC, de acordo com a Portaria Normativa Nº 21 de 21 de outubro de 2010, Portaria Normativa Nº 14 de 28 de junho de 2012 e Portaria Normativa Nº 3 de 3 de janeiro de 2014. Os encargos educacionais somam 5,63% da receita oriunda dos alunos que possuem adesão ao FGEDUC pelo FIES.

(b) Receitas e despesas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, que estabelece 25% como mínimo obrigatório e os dividendos e juros sobre o capital próprio que eventualmente tenham sido pagos a título de antecipação durante o exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral.

O efeito fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.20 Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior presencial, a Companhia está organizada em uma única Unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Provisão para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributarias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(b) Perda (*impairment*) do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.9. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas elaboradas por especialistas externos e revisadas pela administração e levam em consideração estimativa de taxa de desconto e de crescimento de receitas, dentre outras, conforme detalhado na nota 10(e)

(c) Mensuração de valor justo nas combinações de negócios

A Companhia efetua análises nas datas das combinações de negócios dos ativos e passivos identificáveis, nos termos do CPC 15 (Combinação de negócios) e identifica os itens de ativos e passivos a serem registrados. Nesse contexto, utiliza-se de julgamentos para identificar os ativos intangíveis adquiridos, bem como passivos contingentes assumidos. Estimativas são utilizadas para determinação dos valores justos dos ativos e passivos da combinação e também do ágio residual. As estimativas e metodologias utilizadas estão descritas na Nota 26).

(d) Provisão para devedores duvidosos

A Companhia efetua análises para fazer face a perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos e registra quando a administração identifica evidência objetiva de perda.

(e) Intangíveis de vida útil indefinida

A Companhia possui intangíveis identificados, licenças e credenciamento de cursos e marcas, oriunda de combinhações de negócios o qual possuem vida útil indefinida. Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) nos intangíveis identificados o qual possuem vida útil indefinida, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.9. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. A estimativa de vida útil para determinadas ativos intangíveis é feita pela administração com base no seu histórico e experiência no setor com relação ao uso desses intangíveis.

(f) Arrendamentos mercantis

A avaliação da classificação entre arrendamento operacional e financeiro leva em consideração estimativas de valor justo de imóveis arrendados para as atividades da Companhia, bem como estimativas de vida útil dos mesmos considerando o uso na sua operação. As estimativas de valor justo estão baseadas em laudos de terceiros especializados, assim como a vida útil estimada.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as Unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas.

(a) Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de curto e longo prazo e aplicações financeiras substancialmente atreladas a taxa pós fixada do certificado de depósitos interbancário (CDI).

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São avaliados cenários, levando em consideração refinanciamento e renovação de posições existentes. Com base nessa avaliação, o Grupo monitora o risco de variação significativa na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado de forma centralizada. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.
A política de vendas da Companhia e de suas controladas está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios. A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No segmento de ensino superior presencial para os alunos contemplados pelo Programa de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior - FIES, a Companhia tem parte substancial dos créditos garantidos pelo Programa. Em dezembro de 2014, o Ministério da Educação e Cultura - MEC definiu a portaria normativa nº 23 que modifica principalmente o fluxo de pagamentos às instituições educacionais reduzindo a quantidade anual de repasses pelo MEC.

Os impactos da alteração na legislação ocorrerão a partir de 2015 e foram avaliados pela Administração da Companhia. Os impactos de repasse ocorrerão somente no ano de 2015 e serão regularizados a partir de 2016, inclusive com os repasses atrasados.

A Companhia mantém registrado provisão para créditos de liquidação duvidosa para fazer face ao risco de crédito, incluindo os potenciais riscos de inadimplência da parcela não garantida dos alunos beneficiados pelo FIES. Essa análise de crédito avalia a qualidade do crédito dos alunos levando em consideração o histórico de pagamentos, prazo do relacionamento com a instituição, análise de crédito (SPC e Serasa).

A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado, conforme Nota 7 (e) que demonstra também a movimenção da provisão para devedores duvidosos no período.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas, atuam de acordo com sua política financeira, onde os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários encontram-se com instituições financeiras com risco de crédito mínimo BBB de acordo com as agências de crédito Standard & Poor's, Fitch e Moody's.

(c) Risco de liquidez

É o risco de não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2014				
Empréstimos e financiamentos	27.469	33.601	51.931	598
Arrendamento Mercantil	22.426	44.852	67.278	250.468
Compromissos a pagar	14.876	2.952		
Em 31 de dezembro de 2013				
Empréstimos e financiamentos	19.302	26.970	80.055	6.183
Arrendamento Mercantil	22.189	44.852	67.278	295.320
Compromissos a pagar	14.600	5.097		

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2014				
Empréstimos e financiamentos	30.883	36.741	58.975	956
Arrendamento Mercantil	33.346	66.692	100.038	393.795
Compromissos a pagar	52.820	12.952		
Em 31 de dezembro de 2013				
Empréstimos e financiamentos	21.995	29.012	81.339	6.183
Arrendamento Mercantil	23.509	47.492	71.238	308.485
Compromissos a pagar	14.600	5.097		

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual da soma dívida líquida com o patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e 2013 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2014	2013
Total de empréstimos e financiamentos bancários	107.937	107.836
Total de compromissos a pagar	65.772	19.697
Caixa e equivalentes de caixa	(73.248)	(217.260)
Títulos e valores mobiliários	(63.418)	(84.311)
Dívida líquida	37.043	(174.038)
Total do patrimônio líquido	626.652	451.366
Patrimônio líquido mais dívida líquida (capital total)	663.695	451.366
Índice de alavancagem financeira	6%	Não Aplicável

4.3 Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros. As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2014, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base na última taxa básica de juros determinada pelo BACEN na reunião do Comitê de Política Monetária em 04 de março de 2015 (12,75% a.a), utilizou-se esta taxa como cenário provável para o ano. A partir desta, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2014, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI e TJLP com cada cenário.

		Cenário Elevação do CDI e TJLP		
Operações	**Risco**	**Cenário Provável (I)**	**Cenário (II)**	**Cenário (III)**
Aplicações Financeiras	CDI	12,75%	15,94%	19,13%
64.608		8.238	10.297	12.356
Títulos e Valores Mobiliários	CDI	12,75%	15,94%	19,13%
63.418		8.086	10.107	12.129
Operações	**Risco**	**Cenário Provável (I)**	**Cenário (II)**	**Cenário (III)**
Financiamentos - Capital de Giro	CDI	12,75%	15,94%	19,13%
(89.151)		(11.367)	(14.208)	(17.050)
Finame	TJLP	5,00%	6,25%	7,50%
(6.683)		(334)	(418)	(501)
Compromissos a pagar	CDI	12,75%	15,94%	19,13%
(37.944)		(4.838)	(6.047)	(7.257)
Compromissos a pagar	IGP-M	3,85%	4,81%	5,78%
(12.731)		(490)	(613)	(735)
Compromissos a pagar	IPCA	8,05%	10,06%	12,08%
(10.000)		(805)	(1.006)	(1.208)
Posição Líquida		(1.511)	(1.888)	(2.266)

		Cenário Queda do CDI e TJLP		
Operações	**Risco**	**Cenário Provável (I)**	**Cenário (II)**	**Cenário (III)**
Aplicações Financeiras	CDI	12,75%	9,56%	6,38%
64.608		8.238	6.178	4.119
Títulos e Valores Mobiliários	CDI	12,75%	9,56%	6,38%
63.418		8.086	6.064	4.043
Operações	**Risco**	**Cenário Provável (I)**	**Cenário (II)**	**Cenário (III)**
Financiamentos - Capital de Giro	CDI	12,75%	9,56%	6,38%
(89.151)		(11.367)	(8.525)	(5.683)
Finame	TJLP	5,00%	3,75%	2,50%
(6.683)		(334)	(251)	(167)
Compromissos a pagar	CDI	12,75%	9,56%	6,38%
(37.944)		(4.838)	(3.628)	(2.419)
Compromissos a pagar	IGP-M	3,85%	4,81%	5,78%
(12.731)		(490)	(613)	(735)
Compromissos a pagar	IPCA	8,05%	10,06%	12,08%
(10.000)		(805)	(1.006)	(1.208)
Posição Líquida		(1.511)	(1.781)	(2.050)

5 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Controladora

	2014	2013
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	1.796	9.015
Contas a receber de clientes	87.083	50.561
Partes relacionadas	7.478	6.358
	96.357	65.934
Mensurados ao valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa	37.225	206.116
Títulos e valores mobiliários	63.418	84.311
	100.643	290.427
	197.000	356.361
Outros passivos financeiros registrados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	100.144	102.582
Arrendamentos mercantis	150.522	152.986
Partes relacionadas	26.067	56.330
Fornecedores	10.599	9.067
Compromissos a pagar	17.828	19.697
	305.160	340.662

	Valor Contábil	Valor Justo
Empréstimos e recebíveis		
Numerários em caixa e bancos	1.796	9.015
Contas a receber de clientes	87.083	50.561
Partes relacionadas	7.478	6.358
	96.357	65.934
Mensurados ao valor justo		
Aplicações financeiras	37.225	206.116
	37.225	206.116
Outros passivos financeiros registrados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	100.144	102.582
Arrendamentos mercantis	150.522	152.986
Partes relacionadas	26.067	56.330
Fornecedores	10.599	9.067
Compromissos a pagar	17.828	19.697
	305.160	340.662

(b) Consolidado

	2014	2013
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	8.640	11.100
Contas a receber de clientes	205.494	96.117
Partes relacionadas		2.270
	214.134	109.487
Mensurados ao valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa	64.608	206.160
Títulos e valores mobiliários	63.418	84.311
	128.026	290.471
	342.160	399.958
Outros passivos financeiros registrados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	107.937	107.836
Arrendamentos mercantis	221.347	161.222
Fornecedores	17.314	11.377
Compromissos a pagar	65.772	19.697
	412.370	300.132

	Valor Contábil	Valor Justo
Empréstimos e recebíveis		
Numerários em caixa e bancos	8.640	11.100
Contas a receber de clientes	205.494	96.117
Partes relacionadas		2.270
	214.134	109.487
Mensurados ao valor justo		
Aplicações financeiras	64.608	206.160
	64.608	206.160
Outros passivos financeiros registrados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	107.937	107.836
Arrendamentos mercantis	221.347	161.222
Fornecedores	17.314	11.377
Compromissos a pagar	65.772	19.697
	412.370	300.132

6 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Numerários em caixa	225	86	1.275	723
Bancos - conta corrente	1.571	8.929	7.365	10.377
Aplicações financeiras	37.225	206.116	64.608	206.160
Caixa e equivalentes de caixa	39.021	215.131	73.248	217.260
Debêntures de Instituições financeiras	63.418	84.311	63.418	84.311
Títulos e Valores mobiliários	63.418	84.311	63.418	84.311
Total	102.439	299.442	136.666	301.571

O Caixa e equivalentes de caixa consiste em numerário disponível na Companhia, saldos mantidos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo com vencimento não superior a 90 dias, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Os recursos aplicados nas aplicações financeiras e debêntures estão da seguinte forma:

		Controladora		Consolidado	
Banco	Remuneração	2014	2013	2014	2013
Banco Itaú	Compromissada - 101,4% do CDI		83.537		83.537
Banco Santander	Compromissada - 102,0% do CDI			27.340	
Banco Santander	CDB - 102,0% do CDI		71.791		71.791
Banco Santander	CDB - 101,0% do CDI	36.543		36.543	
Banco BTG Pactual	CDB - 101,0% do CDI		50.687		50.687
Banco Santander	CDB - 100,0% do CDI	446		446	
Banco Safra	CDB - 100,0% do CDI	112	101	112	101
Banco do Brasil	CDB - 100,0% do CDI			27	26
Caixa Economica Federal	CDB - 100,0% do CDI	124		124	
Banco Bradesco	CDB - 100,0% do CDI			16	18
	Aplicações financeiras	37.225	206.116	64.608	206.160
Banco Santander	Debêntures - 103,5% do CDI	58.722	52.805	58.722	52.805
Banco Bradesco	Debêntures - 100,0% do CDI	4.696	31.506	4.696	31.506
	Títulos e valores mobiliários	63.418	84.311	63.418	84.311

7 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Mensalidades de alunos (a)	23.954	16.997	73.922	35.883
FIES a Receber (c)	39.705	17.935	107.340	43.470
Pronatec	15.520	6.171	19.610	6.573
Acordos a receber (b)	9.599	8.256	17.736	14.153
Creditos educativos a receber (d)	6.296	8.044	8.730	10.973
Outros	1.803	2.115	5.900	2.806
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (e)	(9.794)	(8.957)	(27.744)	(17.741)
	87.083	50.561	205.494	96.117
(-) Circulante	(83.837)	(46.345)	(201.321)	(90.641)
Não circulante	3.246	4.216	4.173	5.476

Os recebíveis não circulantes referem-se aos créditos educativos a receber.

(a) Mensalidades de alunos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 , a análise do vencimento dos saldos de mensalidades de alunos é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Vencidas até 30 dias	7.714	2.718	26.377	6.655
Vencidas de 31 a 60 dias	3.721	2.492	10.202	5.299
Vencidas de 61 a 90 dias	3.908	3.080	10.179	5.838
Vencidas de 91 a 180 dias	3.307	6.432	10.796	11.914
Vencidas há mais de 180 dias	5.370	4.868	16.545	10.192
	24.020	19.590	74.099	39.898
Créditos a identificar	(66)	(2.593)	(177)	(4.015)
	23.954	16.997	73.922	35.883

(b) Acordos a receber

A administração da Companhia mantém critérios rígidos que não permitem rolagem de dívida de um semestre para o outro. A Companhia oferece toda forma e meios de pagamento ao aluno, porém considera seus respectivos limites de crédito, e se necessário, solicita a presença de fiador para o crédito concedido. Os acordos a receber de alunos referem-se a renegociações dos alunos inadimplentes da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a análise do vencimento dos saldos de acordos a receber é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
A vencer	2.613	1.791	4.930	3.092
Vencidas até 30 dias	1.307	921	2.457	1.588
Vencidas de 31 a 60 dias	1.033	733	1.884	1.291
Vencidas de 61 a 90 dias	876	786	1.647	1.358
Vencidas de 91 a 180 dias	1.723	1.953	3.158	3.418
Vencidas há mais de 180 dias	2.047	2.072	3.660	3.406
	9.599	8.256	17.736	14.153

(c) FIES a receber

Os créditos educativos a receber - Sistema FIES, estão representados pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal - CEF e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e pelo Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) dos funcionários da Companhia, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional.

No final de 2014, o Ministério da Educação e Cultura emitiu as portarias normativas nº 21 e nº 23, que tratam da revisão dos prazos para repasses pelo governo federal em 2015 e regras de pontuação para aceitação de alunos no programa FIES. A Companhia, imediatamente, passou a analisar as ações a serem tomadas visando minimizar o impacto nas receitas e na necessidade de capital de giro.

(d) Créditos educativos

Outros créditos educativos a receber estão representados pelos créditos educacionais do Fundaplub (Fundação Aplub de Crédito Educativo) e Educred, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos e aprovados pela Companhia, e são registrados a valor presente e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Tais recursos financeiros serão repassados à Companhia e suas controladas após a formatura dos respectivos alunos.

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Credito educativo a receber				
Fundaplub e Educred	6.296	8.044	8.730	10.973
	6.296	8.044	8.730	10.973
(-) Circulante	(3.050)	(3.828)	(4.557)	(5.497)
Não circulante	3.246	4.216	4.173	5.476

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a análise do vencimento dos saldos de crédito educativo a receber é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
A vencer	5.574	6.835	7.510	8.958
Vencidas até 30 dias	79	190	128	243
Vencidas de 31 a 60 dias	65	126	107	182
Vencidas de 61 a 90 dias	63	77	105	129
Vencidas de 91 a 180 dias	175	278	294	462
Vencidas há mais de 180 dias	340	538	586	999
	6.296	8.044	8.730	10.973

(e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

No presente momento o cálculo da Companhia na provisão para créditos de liquidação duvidosa refere-se a provisão dos títulos vencidos há mais de 180 dias. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber, considerando evidências objetivas de perda incorrida.

O cálculo da PCLD para alunos que possuem o crédito educativo do FIES foi realizado da seguinte forma:

(i) Alunos FIES com fiador (foi constituída provisão para o percentual de 2,25% dos contas a receber com essa característica, considerando as premissas de 15% de risco de crédito sobre 15% de inadimplência).
(ii) Para o risco não coberto do FGEDUC foi constituída provisão para os 10% dos créditos de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 90% restantes) sobre os 15% de risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,225%.
(iii) Para o risco não coberto do FGEDUC foi constituída para os 20% de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 80% restantes) sobre os 15% de risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,450%.

Em adição a política supramencionada a Companhia realiza uma análise individual do contas a receber, onde não foram observados itens sujeitos a não recuperabilidade.

A Companhia efetua baixa definitiva dos créditos considerados incobráveis dos títulos vencidos há mais de 360 dias trimestralmente.

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
No inicio do período / exercício	8.957	26.943	17.741	45.661
Baixa de créditos incobráveis	(10.129)	(28.862)	(15.465)	(47.921)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa de contas a receber	10.966	10.876	25.468	20.001
No final do período / exercício	9.794	8.957	27.744	17.741

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, encontram-se vencidas, mas não *impaired* os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Vencidas até 30 dias	9.100	3.829	28.962	8.486
Vencidas de 31 a 60 dias	4.819	3.351	12.200	6.775
Vencidas de 61 a 90 dias	4.847	3.943	11.935	7.326
Vencidas de 91 a 180 dias	5.205	8.663	14.265	15.800
	23.971	19.786	67.362	38.387

8 Tributos a recuperar e a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Tributos a recuperar				
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.075	844	2.736	2.219
Imposto sobre serviço - ISS			27	28
Pis e cofins a compensar	392	99	443	184
INSS a recuperar	7	8	35	35
Outros		10	48	47
	1.474	961	3.289	2.513

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Tributos a recolher				
Imposto sobre serviço - ISS	1.543	117	5.767	3.158
PIS e COFINS	324	2.025	979	826
Imposto de renda retido na fonte	2.023	1.364	4.368	2.139
INSS	1	969	607	1.574
IPTU a recolher	33		69	3
Outros	31	463	201	567
	3.955	4.938	11.991	8.267

9 Investimentos

(a) Composição do saldo (Controladora)

	Controladora	
	2014	2013
Investimentos em empresas controladas	400.625	188.946
	400.625	188.946

(b) Movimentação do saldo de investimento em empresas controladas (Controladora)

	Controladora	
	2014	2013
No início do exercício	188.946	118.430
Aumento de capital	137.052	22.297
Cisão do capital social das investidas		(51.475)
Participação nos lucros de subsidiárias	116.957	66.646
Distribuição de lucros de subsidiárias	(52.717)	
Aquisição de controladas	10.387	33.048
No final do exercício	400.625	188.946

Em 18 de dezembro de 2014, a Companhia efetuou a capitalização do capital social das controladas mediante a utilização de saldos de partes relacionadas no seguinte montante:

Controlada	Montante
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.- CETEBA	617
Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. - ADEA	6.603
Instituto Campinense de Ensino Superior - ICES	111.667
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	1.531
Associação de Ensino Superior Anglo Líder - AESAL	1.360
Centro Educacional e Desportivo FASE	6.363

Os aumentos de capital contribuíram para os recursos desembolsados pela controladora as subsidiárias. Os recursos aportados no Instituto Campinense de Ensino Superior referem-se a aquisição da UNAMA que foi efetuada nesta subsidiária (Nota 26-c). Adicionalmente, foi efetuada um adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R$ 8.911 na Socidade de Ensino e Pesquisa de Sergipe – SESPS.

A distribuição de lucros das subsidiárias foram efetuadas através de compensação do saldos partes relacionadas das contraladas durante o exercício de 2014.

(c) Participação (Controladora)

	Participação Direta	Participação Indireta	Patrimônio Líquido	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento 31/12/2013	Goodwill 31/12/2013
Controladas Diretas						
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda. - CETEBA	99,99	100,00	3.526	511	3.526	4.140
FMN Clinica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	100,00	65	4	65	
Centro Nacional de Ensino Superior - CENESUP	99,99	100,00	22.531	16.609	22.531	
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	100,00	835	(83)	835	
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	100,00	15.416	6.414	15.416	4.362
Instituto Campinense de Ensino Superior - ICES (Nota 9 (i))	99,99	100,00	25.091	20.316	25.091	
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	100,00	189	4	189	
Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. - ADEA	99,99	100,00	23.006	14.800	23.006	5.125
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda. - ABES	99,99	100,00	19.481	6.906	19.481	8.405
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda.	99,99	100,00	1.898	1.568	1.898	
Sociedade de Ensino e Pesquisa de Sergipe - SESPS	99,99	100,00	2.593	(4.050)	3.060	1.043
Universo Professores Associados - FAUNI	99,99	100,00	6.436	2.662	7.697	959
Centro de Ensino Superior Piauiense - CESP	99,99	100,00	1.345	(612)	5.049	8.662
Centro Integrado de Educação Superior do Piauí - CIESPI	0.01	100,00				
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI	99,99	100,00	5.634	1.655	10.301	5.360
Uninassau Participações S.A.	99,99	99,99				
Winglet Escola de Aviação Ltda	99,99	100,00				120
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	99,99	100,00	2.201	(58)	4.700	1.545
Combinação de negócios						
Faculdade Decisão - FADE					2.300	1.080
Faculdades COC de Maceió - FACOCMA					3.000	
Total			130.247	66.646	148.145	40.801

	Participação Direta	Participação Indireta	Patrimônio Líquido	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento 31/12/2014	Goodwill 31/12/2014
Controladas Diretas						
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda. - CETEBA	99,99	100,00	4.631	779	4.631	4.140
FMN Clinica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	100,00	138	73	138	
Centro Nacional de Ensino Superior - CENESUP	99,99	100,00	23.840	27.411	23.840	
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	100,00	1.258	1.312	1.258	
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	100,00	26.185	10.769	26.185	4.362
Instituto Campinense de Ensino Superior - ICES	99,99	100,00	166.497	29.712	166.497	
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	100,00	1.127	947	1.127	
Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. - ADEA	99,99	100,00	24.270	21.625	24.270	5.125
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda. - ABES	99,99	100,00	34.542	8.458	34.542	8.405
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda.	99,99	100,00	1.003	1.842	1.003	
Sociedade de Ensino e Pesquisa de Sergipe - SESPS	99,99	100,00	8.867	(3.326)	8.867	1.043
Universo Professores Associados - FAUNI	99,99	100,00	15.889	8.606	15.889	959
Centro de Ensino Superior Piauiense - CESP	99,99	100,00	6.940	1.892	6.940	8.439
Centro Integrado de Educação Superior do Piauí - CIESPI	0.01	100,00	4.423		4.423	
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI	99,99	100,00	15.559	8.448	15.559	5.583
Uninassau Participações S.A.	99,99	99,99				
Winglet Escola de Aviação Ltda	99,99	100,00				120
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	99,99	100,00	2.782	(522)	3.621	1.121
Associação de Ensino Superior Anglo Líder - AESAL	99,99	100,00	3.380	(347)	3.380	2.232
Faculdade Santa Emília	99,99	100,00	7.854	(722)	7.854	2.692
Combinação de negócios						
Faculdade Decisão - FADE					2.300	1.080
Faculdades COC de Maceió - FACOCMA					3.000	
Total			349.185	116.957	355.324	45.301
Controladas Indiretas						
União de Ensino Superior do Pará – UNESPA		100,00	27.292	(1.236)	85.792	82.252
Instituto Santareno de Ensino Superior – ISES		100,00	(1.126)	(129)	7.174	6.088
			26.166	(1.365)	92.966	88.340

10 Intangível

(a) Controladora

	Marcas e patentes	Licenças e implantações *de software*	Licenças de operação	Convênios	Carteira de alunos	Conteúdo Digital	Fundo de Comércio	Total
Em 31 de dezembro 2013								
Saldo inicial	320	1.947	342	318	359	154		3.440
Aquisições	211	3.357	1.590	591				5.749
Amortização		(1.017)	(393)	(213)	(331)	(86)		(2.040)
Saldo contábil, líquido	531	4.287	1.539	696	28	68		7.149
Em 31 de dezembro 2013								
Custo	531	7.337	2.500	1.398	828	172		12.766
Amortização acumulada		(3.050)	(961)	(702)	(800)	(104)		(5.617)
Saldo contábil, líquido	531	4.287	1.539	696	28	68		7.149
Em 31 de dezembro de 2014								
Saldo inicial	531	4.287	1.539	696	28	68		7.149
Aquisições		4.170	1.519	1.517		450	359	8.015
Amortização		(940)	(652)	(208)	(28)	(86)		(1.914)
Saldo contábil, líquido	531	7.517	2.406	2.005		432	359	13.250
Em 31 de dezembro de 2014								
Custo	531	11.507	4.019	2.915	828	622	359	20.781
Amortização acumulada		(3.990)	(1.613)	(910)	(828)	(190)		(7.531)
Saldo contábil, líquido	531	7.517	2.406	2.005		432	359	13.250
Taxas anuais médias de amortização %		20	33	25	25	20	20	

(b) Consolidado

	Marcas e patentes	Licenças e implantações *de software*	Licenças de operação	Convênios	Carteira de alunos	Conteúdo Digital	Fundo de Comércio	*Goodwill*	Intangíveis identificados em aquisições	Total
Em 31 de dezembro 2013										
Saldo inicial	327	2.034	1.089	321	359	154		24.034	1.728	30.046
Aquisições	212	3.445	2.492	593	197			16.767	19.500	43.206
Aquisições oriundas das combinações de negócios		17								17
Amortização		(1.026)	(764)	(213)	(331)	(86)				(2.420)
Saldo contábil, líquido	539	4.470	2.817	701	225	68		40.801	21.228	70.849
Em 31 de dezembro 2013										
Custo	539	7.886	4.629	1.403	1.025	172		40.801	21.228	77.683
Amortização acumulada		(3.416)	(1.812)	(702)	(800)	(104)				(6.834)
Saldo contábil, líquido	539	4.470	2.817	701	225	68		40.801	21.228	70.849
Em 31 de dezembro de 2014										
Saldo inicial	539	4.470	2.817	701	225	68		40.801	21.228	70.849
Aquisições	34	4.284	3.788	1.558		451	359	92.840	70.000	173.314
Aquisições oriundas das combinações de negócios		136								136
Amortização		(980)	(1.182)	(208)	(28)	(86)				(2.484)
Saldo contábil, líquido	573	7.910	5.423	2.051	197	433	359	133.641	91.228	241.815
Em 31 de dezembro de 2014										
Custo	573	16.825	8.417	2.961	1.025	623	359	133.741	91.128	255.652
Amortização acumulada		(8.915)	(2.994)	(910)	(828)	(190)				(13.837)
Saldo contábil, líquido	573	7.910	5.423	2.051	197	433	359	133.741	91.128	241.815
Taxas anuais médias de amortização %		20	33	25	25	20	20			

(c) ***Goodwill***

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o *goodwill* apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	2014	2013
CETEBA	4.140	4.140
ABES	8.405	8.405
SECARGO	4.362	4.362
ADEA	5.125	5.125
SESPS	1.043	1.043
FAUNI	959	959
CESP	8.439	8.439
SIESPI	5.583	5.583
Winglet	120	120
FADE	1.080	1.080
JUVÊNCIO	1.121	1.545
ANGLO LIDER	2.232	
UNAMA	82.252	
FIT	6.088	
FASE	2.692	
	133.641	40.801

O *goodwill* apurado nas aquisições em investimentos possui vida útil indefinida, consequentemente é efetuado anualmente o teste de recuperação destes ativos. Vide item (e) deste nota explicativa.

(d) Intangíveis identificados em aquisições

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os intangíveis identificados apurados nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	2014					2013		
	Licenças de cursos (i)	Marcas (i)	Carteira de Clientes	Cessão de Alunos	Total	Licenças de cursos (i)	Marcas (i)	Total
SESPS	667				667	567		567
FAUNI	1.261				1.261	1.261		1.261
CESP	4.404	508			4.912	4.404	508	4.912
SIESPI	5.996	692			6.688	5.996	692	6.688
FADE	2.200	100			2.300	2.200	100	2.300
JUVÊNCIO	2.400	100			2.500	2.400	100	2.500
FACOCMA	3.000				3.000	3.000		3.000
FASE	2.700	400			3.100			
UNAMA	45.600	12.100	800		58.500			
FIT	7.600	700			8.300			
	75.828	14.600	800		91.228	19.828	1.400	21.228

(i) As licenças de cursos e marcas adquiridas através de combinação de negócios foram registradas inicialmente pelo seu valor justo. Esses ativos intangíveis identificados em aquisições possuem vida útil indefinida e estão sujeitos a testes anuais de recuperabilidade.

(e) Perda (*impairment*) do *goodwill* e intangíveis com vida útil indefinida

O goodwill e intangíveis identificados com vida útil indefinida são alocados às unidades geradoras de caixa (UGC), identificadas de acordo com as respectivas unidades que se beneficiam da transação e que não geram benefícios econômicos para o Grupo.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos, usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a UGC atua.

	2014	2013
Margem bruta (a)	47,1%	60,0%
Taxa de crescimento (b)	5,0%	5,3%
Taxa de desconto (c)	17,0%	17,0%

(a) Margem bruta orçada: Refere-se a receita líquida deduzida do custo com pessoal, custo com aluguéis, custo com concessionárias, custo com serviços prestados e outros custos.

(b) Taxa de crescimento nominal média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.

(c) Taxa de desconto antes dos impostos, aplicada às projeções do fluxo de caixa, baseada no custo médio ponderado do capital (WACC) nominal considerando efeitos da inflação.

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. A taxa de desconto utilizada corresponde à taxa antes dos impostos e reflete riscos específicos do negócio. O teste de recuperação dos ativos, efetuado em 31 de dezembro de 2014, não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

11 Imobilizado

(a) Composição do saldo – Controladora

	Computador	Edificações e benfeitorias	Propriedades em Arrendamentos Mercantis	Equipamentos e instalações	Veículos e Aeronaves	Móveis e utensílios	Livros	Terrenos	Total em operações	Obras em andamento	Imobilizado total
Em 31 de dezembro 2013											
Saldo inicial	3.406	53.190	34.428	5.214	9.624	2.425	4.532	38.637	151.456	34.746	186.202
Aquisições	4.204	21.939	104.677	7.885	6.243	4.917	6.664	8.837	165.366	4.716	170.082
Incorporação da cisão das investidas		51.473							51.473		51.473
Cisão dos ativos da controladora		(62.954)			(8.568)			(43.677)	(115.199)	(23.256)	(138.455)
Depreciação	(1.109)	(2.638)	(4.755)	(1.325)	(937)	(544)	(1.111)		(12.419)		(12.419)
Saldo contábil, líquido	6.501	61.010	134.350	11.774	6.362	6.798	10.085	3.797	240.677	16.206	256.883
Em 31 de dezembro 2013											
Custo	8.997	72.846	149.668	15.606	9.002	8.557	16.188	3.797	284.661	16.206	300.867
Depreciação acumulada	(2.496)	(11.836)	(15.318)	(3.832)	(2.640)	(1.759)	(6.103)		(43.984)		(43.984)
Saldo contábil, líquido	6.501	61.010	134.350	11.774	6.362	6.798	10.085	3.797	240.677	16.206	256.883
Em 31 de dezembro de 2014											
Saldo inicial	6.501	61.010	134.350	11.774	6.362	6.798	10.085	3.797	240.677	16.206	256.883
Aquisições	6.574	37.886		7.578	25.721	3.597	5.684		87.040	31.395	118.435
Alienação					(5.638)				(5.638)		(5.638)
Reclassificação		24.392							24.392	(24.392)	
Depreciação	(1.719)	(2.362)	(7.361)	(2.151)	(670)	(909)	(1.495)		(16.667)		(16.667)
Saldo contábil, líquido	11.356	120.926	126.989	17.201	25.775	9.486	14.274	3.797	329.804	23.209	353.013
Em 31 de dezembro de 2014											
Custo	15.571	135.124	149.668	23.184	26.145	12.154	21.872	3.797	387.515	23.209	410.724
Depreciação acumulada	(4.215)	(14.198)	(22.679)	(5.983)	(370)	(2.668)	(7.598)		(57.711)		(57.711)
Saldo contábil, líquido	11.356	120.926	126.989	17.201	25.775	9.486	14.274	3.797	329.804	23.209	353.013
Taxas anuais médias de depreciação %	20	4	4,3	10	6,9	10	20				

(b) Composição do saldo – Consolidado

	Computador	Edificações e benfeitorias	Propriedades em Arrendamentos Mercantis	Equipamentos e instalações	Veículos e Aeronaves	Móveis e utensílios	Livros	Terrenos	Total em operações	Obras em andamento	Imobilizado total
Em 31 de dezembro 2013											
Saldo inicial	5.061	92.113	41.532	11.052	9.706	5.092	7.948	38.643	211.147	55.907	267.054
Aquisições	7.408	35.556	104.677	13.816	6.243	6.971	8.885	8.831	192.387	7.811	200.198
Aquisições oriundas das combinações de negócios	199	1.197		764	112	693	954	40	3.959		3.959
Cisão dos ativos da controladora		(48.817)			(8.568)			(43.677)	(101.062)	(37.393)	(138.455)
Depreciação	(1.897)	(3.476)	(5.199)	(2.674)	(1.010)	(1.038)	(1.945)		(17.239)		(17.239)
Saldo contábil, líquido	10.771	76.573	141.010	22.958	6.483	11.718	15.842	3.837	289.192	26.325	315.517
Em 31 de dezembro 2013						(11.718)	(15.842)	(3.837)			
Custo	15.670	90.754	158.471	31.191	9.527	15.534	27.072	3.837	352.056	26.325	378.381
Depreciação acumulada	(4.899)	(14.181)	(17.461)	(8.233)	(3.044)	(3.816)	(11.230)		(62.864)		(62.864)
Saldo contábil, líquido	10.771	76.573	141.010	22.958	6.483	11.718	15.842	3.837	289.192	26.325	315.517
Em 31 de dezembro de 2014											
Saldo inicial	10.771	76.573	141.010	22.958	6.483	11.718	15.842	3.837	289.192	26.325	315.517
Aquisições	9.000	47.491	62.824	16.037	25.898	6.440	12.563		180.253	44.718	224.971
Alienação					(5.638)				(5.638)		(5.638)
Aquisições oriundas das combinações de negócios	394	3.912		4.292	149	651	3.678		13.076		13.076
Reclassificação		46.516							46.516	(46.516)	
Depreciação	(2.844)	(3.151)	(7.804)	(3.811)	(694)	(1.450)	(2.385)	-	(22.139)		(22.139)
Saldo contábil, líquido	17.321	171.341	196.030	39.476	26.198	17.359	29.698	3.837	501.260	24.527	525.787
Em 31 de dezembro de 2014											
Custo	35.276	194.688	221.331	63.625	27.250	27.658	52.385	3.837	626.050	24.527	650.577
Depreciação acumulada	(17.955)	(23.347)	(25.301)	(24.149)	(1.052)	(10.299)	(22.687)		(124.790)		(124.790)
Saldo contábil, líquido	17.321	171.341	196.030	39.476	26.198	17.359	29.698	3.837	501.260	24.527	525.787
Taxas anuais médias de depreciação %	20	4	4,3	10	7,5	10	20				

(c) Outras informações

(c.i) Propriedades em arrendamentos mercantis

A Companhia, e o Grupo, possuem contratos de aluguéis, os quais foram classificados como arrendamento financeiro, e encontram-se classificados no imobilizado em contrapartida de passivo.

			2014		2013
Tipo	Prazo de amortização	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Edifícios - Controladora	de 20 a 25 anos	149.668	(22.679)	126.989	134.350
Edifícios - Consolidado	de 20 a 25 anos	221.331	(25.301)	196.030	141.010

(c.ii) Garantia de bens

A Companhia possui contratos de empréstimos (*leasings e finames*) os quais alienam fiduciariamente os bens adquiridos. Os bens alienados referem-se a veículos, aeronave, máquinas e equipamentos e equipamentos de informática. Em 31 de dezembro de 2014, a Controladora possuía R$ 23.444 alienados fiduciariamente (2013 - R$ 19.754), e o Consolidado possuía R$ 34.851 alienados fiduciariamente (2013 - R$ 26.918).

(c.iii) Compra de imóveis

A Companhia, durante o exercício, adquiriu um terreno no montante de R$20.360, localizado na cidade de São Luís, estado do Maranhão, um edifício no montante de R$5.185, localizado na cidade de Recife, estado de Pernambuco e um edifício no montante de R$ 6.604, localizado na cidade de Fortaleza, estado do Ceará.

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Fornecedores nacionais	10.561	9.020	17.227	11.257
Prestadores de serviços nacionais	38	47	87	120
	10.599	9.067	17.314	11.377

13 Compromissos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Contas a pagar por aquisições de imóveis (a)	10.530		10.530	
Contas a pagar por aquisição de investimentos (b)	7.298	19.697	55.242	19.697
	17.828	19.697	65.772	19.697
(-) Circulante	(14.876)	(14.600)	(52.820)	(14.600)
Não circulante	2.952	5.097	12.952	5.097

(a) Decorrente da aquisição de terreno localizado na cidade de São Luis, no estado do Maranhão, aquisição de imóvel localizado na cidade de Fortaleza e aquisição de imóvel na cidade de Recife, no qual serão desenvolvidos novas unidades de ensino.

(b) Compromissos decorrentes da aquisição das Unidades do Piauí, no montante de R$ 3.379 (2013 - R$ 16.898), que será liquidado durante um período de 1 ano, da aquisição da Faculdade Decisão (FADE) no montante de R$1.717 (2013 - R$ 2.799), da aquisição da Faculdade Anglo Líder no montante de R$ 1.185, e da aquisção da Faculdade Santa Emília no montante de R$ 1.017. Adicionalmente, no consolidado, o Grupo possui o compromisso a pagar da aquisição da Universidade da Amazônia e Faculdade Integradas do Tapajós, no montante de R$ 47.944.

14 Empréstimos e financiamentos

		Controladora		Consolidado	
Modalidade	Encargos financeiros	2014	2013	2014	2013
Capital de Giro (1)	CDI + 2,5% a.a.	87.189	89.582	89.151	89.612
Finame (2)	TJLP + 3,18% a 4,50% a.a.	5.750	7.021	6.683	8.126
Leasing (2)	0,90% a 1,73% a.m.	7.205	5.979	12.103	10.098
		100.144	102.582	107.937	107.836
(-) Circulante		(28.445)	(15.629)	(33.264)	(17.836)
Não circulante		71.699	86.953	74.673	90.000

(1) Garantidos com títulos em cobrança.

(2) Garantidos por alienação fiduciária do bem e/ou nota promissória. Referem-se principalmente a *leasing* de equipamentos de informática, televisores, condicionadores de ar, entre outros.

Não há valores de empréstimos e financiamentos mantidos em moeda estrangeira.

A Companhia possui empréstimos os quais requerem a manutenção de índices financeiros "covenants". Os "covenants" são calculados sobre as demonstrações financeiras da Companhia, que é garantidora da emissão, relativas aos períodos 31 de dezembro de cada exercício social e são exigidos a partir de 2013 até data do vencimento final. Os índices financeiros são:

- Resultado do quociente da divisão da dívida líquida pelo "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado. O valor resultante não deve ser superior a 2.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, os "covenants" relativos aos contratos de empréstimos foram observados e não apresentaram valores superiores aos limites impostos.

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
2015		21.426		23.241
2016	30.283	26.672	32.314	27.620
2017	19.273	17.146	20.183	17.410
2018	14.559	13.865	14.594	13.885
2019	6.759	7.019	6.757	7.019
A partir de 2020	825	825	825	825
	71.699	86.953	74.673	90.000

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos não circulantes são os seguintes:

	Consolidado			
	Valor Contábil		Valor Justo	
	2014	2013	2014	2013
Empréstimos bancários	74.673	90.000	74.673	90.000
	74.673	90.000	74.673	90.000

O valor justo dos empréstimos classificados no circulante é próximo ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimo de acordo com os contratos efetuados.

15 Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Salários a pagar	12.762	7.631	20.905	11.341
Provisão para férias e encargos	12.978	8.625	25.776	15.076
Encargos sociais	3.467	2.707	8.295	4.761
Outros	94	105	294	153
	29.301	19.068	55.270	31.331

16 Obrigações de arrendamento mercantil

A Companhia e o Grupo possuem contratos de aluguéis os quais foram classificados como arrendamento financeiro, e encontram-se classificados no imobilizado e nas obrigações de arrendamento mercantil, conforme Nota 11.

Os prazos dos contratos são de dez anos, podendo ser renovados em pelo menos mais 10 anos, a critério do arrendatário, em condições a serem negociadas ao final do período. Os contratos possuem pagamentos mensais e fixos sendo atualizados anualmente pelo índice INCC, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pela Companhia.

Os contratos foram considerados, no julgamento da Companhia, como arrendamento mercantil financeiro essencialmente pelo prazo dos contratos de aluguel representarem a maior parte da vida econômica dos ativos ou pelo valor justo das edificações serem inferiores ao valor presente dos pagamentos mínimos de aluguel.

Os contratos foram calculados a valor presente usando-se taxas de desconto equivalentes a taxa de captação de transação com risco e natureza similar.

O vencimento dos pagamentos dos aluguéis mínimos dos arrendamentos financeiros está descrito a seguir:

Controladora			2014	2013
Vencimentos	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos
Circulante:				
2014				2.688
2015	22.426	(19.415)	3.011	
	22.426	(19.415)	3.011	2.688
Não circulante				
2015				3.011
2016	22.426	(19.058)	3.368	3.368
2017	22.426	(18.655)	3.771	3.771
2018	22.426	(18.202)	4.224	4.224
2019	22.426	(17.690)	4.736	4.736
2020 em diante	272.894	(141.482)	131.412	131.188
	362.598	(215.087)	147.511	150.298
	385.024	(234.502)	150.522	152.986

Consolidado			2014	2013
Vencimentos	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos
Circulante:				
2014				2.867
2015	33.346	(29.530)	3.816	
	33.346	(29.530)	3.816	2.867
Não circulante				
2015				3.216
2016	33.346	(29.050)	4.296	3.604
2017	33.346	(28.506)	4.840	4.041
2018	33.346	(27.889)	5.457	4.535
2019	33.346	(27.189)	6.157	5.093
2020 em diante	427.141	(230.360)	196.781	137.866
	560.525	(342.994)	217.531	158.355
	593.871	(372.524)	221.347	161.222

17 Capital social e reservas

(a) Capital social

O capital social é dividido em 125.213.244 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalizando em 31 de dezembro de 2014 o valor de R$ 377.048.

Em 18 de dezembro de 2014, foi autorizado o aumento do capital social da Companhia para o valor de R$ 377.048, sem a emissão de novas ações, mediante capitalização da reserva de capital da Companhia, no valor de R$ 276.297.

(b) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possuía saldo registrado como reserva de capital (R$ 276.297 - 2013). Em 18 de dezembro de 2014, foi autorizado o aumento do capital social da Companhia mediante a capitalização da reseva de capital, no montante de R$ 276.297 decorrente de ágio na subscrição das ações.

(c) Reserva de incentivos fiscais

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía R$ 34.324 (R$ 10.613 - 2013) relativo a reserva de incentivos fiscais. Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei no 11.638, de 2008). Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. Com base em parecer jurídico, a Companhia adota a prática de não distribuir reservas de incentivos fiscais, uma vez que elas se destinam exclusivamente a aumentos de capital.

Devido à adesão ao Prouni, os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, não pagos em razão do incentivo fiscal concedido, são contabilizados no resultado do período, reduzindo as despesas dos referidos tributos. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante dos incentivos fiscais é destinado, após transitar pelo resultado, para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Esta reserva de lucro somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Ademais, tais valores não poderão ser distribuídos aos acionistas, mediante restituição ou redução do capital, por até cinco anos após a data em que ocorrer referida capitalização.

(d) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía R$ 16.010 (R$ 5.317 - 2013) de reserva legal. A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(e) Retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía R$ 199.856 (R$ 57.070 - 2013) de retenção de lucros. A retenção de lucros representa a parcela destinada do lucro, destinada para conta de Reserva de Retenção de Lucros para futuro investimento de capital e o que é objeto na deliberação na Assembléia Geral Ordinária dos acionistas.

(f) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía R$ 586 (R$ 2.741 - 2013) de ajuste de avaliação patrimonial. Os saldos e movimentações de 2014 e 2013 referem-se ao custo atribuído aos bens do ativo imobilizado realizados na adoção inicial ao IFRS, conforme Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos pronunciamentos técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43.

(g) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme os termos da Lei das Sociedades por Ações.

A administração da Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de outubro de 2014, a distribuição a seus acionistas de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), no montante de R$ 7.019. Adicionalmente, em reunião realizada em 18 de dezembro de 2014, foi aprovada a distribuição no montante de R$ 7.419, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

Cálculo dos juros sobre capital próprio:

Descrição	Reunião em 31.10.2014	Reunião em 18.12.2014
Patrimônio líquido em	30/06/2014	30/09/2014
Base Patrimônio Líquido	559.734	592.146
(-) Ajuste de avaliação patrimonial	1.669	1.128
Patrimônio líquido ajustado para o calculo da JCP	561.403	593.274
Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP	1,25%	1,25%
Juros sobre capital próprio bruto	7.019	7.419
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	(1.052)	(1.112)
Juros sobre capital próprio líquido	5.967	6.307
Juros sobre capital próprio bruto por ação		
Ações ordinárias - ON	0,0561	0,0593

Adicionalmente, a administração da Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de agosto de 2014, a distribuição intercalar de dividendos, no montante de R$ 18.155.

Cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

	Consolidado 2014
Lucro líquido do período	213.864
(-) Reserva de Incentivo Fiscal (a)	(65.094)
	148.770
Constituição da reserva legal	(10.693)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	138.077
Dividendo mínimo obrigatório calculado	34.519
Dividendos intermediários distribuídos	18.155
Juros sobre capital próprio distribuídos	14.439
Dividendos a distribuir	1.925
Média ponderadas de ações em circulação no final do período	125.213.244
Dividendos a distribuir por ação (em reais)	0,02

(a) A reserva de incentivo fiscal considera para efeito de calculo dos dividendos mínimos obrigatórios a retenção de reservas de incentivo fiscal das controladas. A administração da Companhia entende que o incentivo fiscal da empresas controladas referem-se a lucros o qual não serão realizados, com isso não sendo passível para distribuição de dividendos.

18 Receita líquida dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita com prestação de serviços				
Mensalidade de graduação	356.101	283.250	716.217	510.460
Mensalidade de pós graduação	3.240	3.963	14.988	15.548
Mensalidade de ensino técnico	74.749	13.386	84.383	15.477
Mensalidade de EAD	5.133		5.133	
Outras receitas	6.645	7.490	12.359	11.331
	445.868	308.089	833.080	552.816
Impostos, descontos e abatimentos sobre serviços				
Descontos, bolsas e abatimentos (a)	(48.673)	(41.451)	(91.990)	(73.095)
Impostos incidentes sobre serviços	(20.380)	(13.148)	(36.023)	(22.960)
	(69.053)	(54.599)	(128.013)	(96.055)
	376.815	253.490	705.067	456.761

(a) Os descontos, bolsas e abatimentos, em de 31 de dezembro de 2014, incluem o montante de R$ 17.538 (R$ 9.692 – 2013) em descontos de FGEDUC

19 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2014	**2013**	**2014**	**2013**
Pessoal e encargos	82.610	56.194	182.573	118.377
Serviços prestados por pessoa física e pessoa jurídica	2.828	2.713	5.946	5.437
Energia elétrica, água e telefone	6.931	5.938	15.256	11.998
Depreciação e amortização	6.125	4.293	10.190	7.105
Aluguéis	34.875	23.225	49.327	34.909
Outros	2.358	1.125	4.003	2.344
	135.727	93.488	267.295	180.170

20 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2014	**2013**	**2014**	**2013**
Pessoal e encargos sociais	53.214	35.542	78.456	51.978
Serviços prestados por pessoa física e pessoa jurídica	18.703	12.356	25.062	16.180
Publicidade e propaganda	16.765	9.247	34.287	18.668
Provisão e perda efetiva para crédito de liquidação duvidosa	10.966	10.876	25.468	20.001
Depreciação e amortização	12.456	10.166	14.433	12.554
Materiais de expediente	5.415	3.814	8.538	6.804
Tributos	2.601	1.586	4.153	2.321
Outros	7.176	5.544	9.920	6.609
	127.296	89.131	200.317	135.115

21 Receita e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Despesas financeiras				
Despesas de juros	(13.759)	(10.306)	(14.757)	(11.008)
Juros de arrendamentos mercantis	(19.726)	(12.842)	(22.271)	(14.019)
Descontos concedidos	(898)	(1.226)	(1.764)	(4.598)
Outros	(1.100)	(798)	(2.655)	(1.493)
	(35.483)	(25.172)	(41.447)	(31.118)
Receitas financeiras				
Juros sobre mensalidades e acordos	6.424	5.386	12.081	9.058
Rendimentos de aplicações financeiras	27.547	5.196	27.852	5.197
Descontos Obtidos	411	247	1.184	915
Ajuste a valor presente	807		987	
Outros	119	41	156	66
	35.308	10.870	42.260	15.236
Despesa financeira, líquida	(175)	(14.302)	813	(15.882)

22 Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI ficam isentas, no período de vigência do termo de adesão, dentre outros, do IRPJ e da CSLL, devendo a apuração ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas. A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	225.192	119.092	225.747	119.205
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	76.565	40.491	76.754	40.530
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Ajustes da Lei 11.638/2007	1.434	1.378	1.594	1.405
Equivalência patrimonial	(39.765)	(22.660)		
Despesas não dedutíveis	1.714	2.200	6.894	5.830
Juros sobre capital próprio	(4.909)		(4.909)	
Compensação de prejuízo fiscal				(2.016)
	35.039	21.409	80.333	45.749
Benefício fiscal lucro da exploração - PROUNI	(23.711)	(18.637)	(65.094)	(41.541)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	11.328	2.772	15.239	4.208
Alíquota efetiva - %	5,03%	2,33%	6,75%	3,53%

(i) Conciliação consolidada da despesa do imposto de renda e da contribuição social para as empresas regidas pelo Lucro Presumido

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Receita bruta de vendas	9.736	9.112
Presunção 32% - Imposto de renda	3.116	2.916
Presunção 32% - Contribuição Social	3.116	2.916
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.415	2.291
Imposto de renda - Presumido	779	729
Contribuição Social- Presumido	280	262
Imposto de renda e contribuição social	1.059	991
Alíquota efetiva - %	23,99%	43,26%

Parte das operações de ensino superior de pós graduação, ensino profissionalizante são realizadas pelo regime do lucros presumido das investidas da Companhia.

(ii) Conciliação consolidada da despesa do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Imposto de renda e Contribuição Social do período corrente - Empresas optantes pelo regime de lucro real	11.328	2.772	15.239	4.208
Imposto de renda e Contribuição Social do período corrente - Empresas optantes pelo regime de lucro presumido			1.059	991
	11.328	2.772	16.298	5.199
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	225.192	119.092	230.162	121.496
Alíquota efetiva - %	5,03%	2,33%	7,08%	4,28%

Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A Medida Provisória nº 627 publicada em 11 de novembro de 2013 foi convertida na Lei nº 12.973 em 13 de maio de 2014, a qual, dentre outros aspectos, revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) e trouxe outras providências, dentre as quais destacamos: (i) alterações na legislação tributária federal relativa ao IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e à COFINS; (ii) tratamento específico sobre distribuição de lucros ou dividendos; (iii) disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (iv) considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas nessa legislação têm vigência a partir de 2015, salvo na hipótese de opção pela sua adoção antecipada a partir de 2014.

A Companhia analisou os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova legislação e concluiu não resultar em ajustes relevantes nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

23 Partes relacionadas

(a) Mútuos entre controladas e partes relacionadas

	Controladora	
	2014	**2013**
Ativo		
Mútuo entre controladas		
Educred Administ. de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.		1.807
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda. – CETEBA	579	
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda. – ABES	1.008	
Centro de Ensino Superior Piauiense - CESP	438	
Centro Integrado de Educação Superior do Piauí - CIESPI		348
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI		348
Universo Professores Associados - FAUNI	1.085	1.585
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	236	
Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe - SESPS	452	
Instituto Campinense de Ensino Superior	895	
Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau	2	
Instituto Santareno de Educação Superior	230	
Universidade da Amazônia - UNAMA	164	
Faculdade Juvêncio Terra	2.116	
Faculdade Anglo Líder - FAL		
Centro Educacional e Desportivo FASE Ltda - FASE	273	
Mútuo entre acionistas		
Poah One Acquisition Holdings VII, LLC		1.394
José Janguiê Bezerra Diniz		844
Jânyo Janguiê Bezerra Diniz		32
	7.478	6.358
Passivo		
Mútuo entre controladas		
Educred Administ. de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	889	2.696
Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	3.159	15.026
Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda.		16.722
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	1.487	829
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	13.264	8.317
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.		
Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado - ADEA		9.286
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.		198
Instituto Ser Educacional		
Centro Educacional e Desportivo FASE Ltda - FASE	602	
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI	5.069	1.842
FMN Clínica de Fisioterapia LTDA.	90	18
Universo Professores Associados - FAUNI	1.317	
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda.	190	1.396
	26.067	56.330

	Consolidado	
	2014	**2013**
Ativo		
Mútuo entre acionistas		
Poah One Acquisition Holdings VII, LLC		1.394
José Janguiê Bezerra Diniz		844
Jânyo Janguiê Bezerra Diniz		32
		2.270

Durante o processo de distribuição pública primária e secundária de ações ocorrido no exercício de 2013, a Companhia efetuou gastos pertinentes a conclusão da operação. Diante do ocorrido, a Companhia constituiu um recebível do acionistas vendedores da distribuição secundária de ações relativos ao reembolso destes gastos. Os recebíveis foram constituídos de acordo com a participação de cada acionista do oferta pública de ações, constantes no prospecto definitivo da oferta pública primária e secundária de ações ordinárias e de emissão da Companhia, emitido em 25 de outubro de 2013.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores estatutários da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Remuneração total do pessoal-chave da administração	4.925	3.953	4.925	3.953

(c) Outras transações

	Controladora					
	2014	2014	2014	2013	2013	2013
	Pagamentos	Despesa	(Ativo) / Passivo	Pagamentos	Despesa	(Ativo) / Passivo
Aluguéis - JJ Participações (i)	46.422	24.611	148.256	26.947	19.499	158.145
Aluguéis - E Lucena S.A. (ii)				947	947	
Construção de edificações (iii)	2.512					
Ações sociais (iv)	284	276		526	526	(30)
Publicidade e propaganda (v)	410	410		369	369	
	49.628	25.297	148.256	28.789	21.341	158.115

	Consolidado					
	2014	2014	2014	2013	2013	2013
	Pagamentos	Despesa	(Ativo) / Passivo	Pagamentos	Despesa	(Ativo) / Passivo
Aluguéis - JJ Participações (i)	46.422	24.611	148.256	26.947	19.499	158.145
Aluguéis - E Lucena S.A. (ii)				947	947	
Construção de edificações (iii)	2.870			1.373		
Ações sociais (iv)	330	330		785	785	(30)
Publicidade e propaganda (v)	410	410		369	369	
	50.032	25.351	148.256	30.421	21.600	158.115

(i) A Companhia firmou Contrato de Locação de Imóveis Comerciais com a empresa JJ Participações e Projetos Ltda, empresa pertencente ao acionista José Janguiê Bezerra Diniz. Os imóveis estão localizados nas cidades de Recife, Fortaleza, Campina Grande, Caruaru, João Pessoa e Maceió. Os contratos foram firmados pelo prazo de dez anos, podendo ser renovados em condições a serem negociadas ao final do período. Os contratos estão registrados de acordo com o CPC 06 – Operação de Arrendamento Mercantil.

(ii) A Companhia possuía Contrato de Locação de Imóveis Comerciais com a empresa E Lucena S/A, empresa pertencente ao acionista José Janguiê Bezerra Diniz, o qual foi encerrado em 30 de junho de 2013.

(iii) A Companhia firmou contratos de construção e reformas das unidades de Recife, Maceió, João Pessoa e Salvador com a empresa Indústria e Construções Vão Livre S.A., empresa pertencente a membros da família do acionista José Janguiê Bezerra Diniz. Os dispêndios efetuados no contrato estão registrados no imobilizado da Companhia.

(iv) A Companhia mantém o Instituto Ser Educacional, uma instituição sem fins lucrativos, com o intuito de realizar ações de responsabilidade social. Além disso, a Companhia efetua doações de recursos esporádicos para o desenvolvimento de atividades de apoio prestadas nas áreas de pesquisa, extensão e artes, pesquisas de mercado, bolsas de pesquisa, ações integração comunitária, além de outras atividades. Os dispêndios efetuados estão registrados nas despesas da Companhia.

(v) A Companhia firmou contratos com a empresa Sistema de Comunicação Leia Já, empresa pertencente a membros da família do acionista José Janguiê Bezerra Diniz. As transações com esta empresa envolvem a prestação de serviços de publicidade e propaganda. Os dispêndios efetuados estão registrados nas despesas da Companhia.

(vi) O Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau, uma instituição sem fins lucrativos, conveniado ao Grupo Ser Educacional, tem como objetivo desenvolver pesquisas educacionais, científicas, políticas, econômicas e sociais.

24 Provisão para contingência

A Administração, consubstanciada na posição de seus consultores jurídicos externos, estimou a probabilidade de perda, bem como os valores envolvidos e constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Cível	1.350	148	5.167	1.651
Trabalhista	399	150	3.085	1.106
	1.749	**298**	**8.252**	**2.757**
Contingências indenizatórias			112.015	3.249
	1.749	**298**	**120.267**	**6.006**

(a) Cível

A Companhia, com apoio dos seus consultores jurídicos, efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível para suportar as prováveis saídas de recursos relacionados com essas causas. A administração mantém provisão no montante de R$ 1.350 (2013 - R$ 148). A administração mantém provisão no montante de R$ 5.167 para o Grupo (2013 -R$ 1.651). As principais ações classificadas como perda provável possuem natureza de indenização por danos morais e materiais e inexistência de débitos perante as instituições da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 1.070 (2013 - R$ 642), para as quais não há provisão constituída. A Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificados com risco de perda possível para o Grupo, cujo valor em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 8.317 (2013 - R$ 3.567), para os quais não há provisão constituída.

Dentre as principais ações não provisionadas, podemos destacar:

(i) 0003254.33.2013.814.0301 – Trata-se de ação anulatória de distrato cumulado com lucros cessantes e dano moral. A ação em comento discute distrato que teria sido supostamente assinado por coação. A questão gira em torno de contrato de captação de alunos para graduação no Município de Capanema, mas que, durante a captação a UNAMA perdeu o credenciamento, e em virtude disso o autor alega que houve prejuízo, mesmo após ter assinado o distrato. O processo ainda aguarda julgamento. A classificação de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é provável e o valor possível é de R$ 1.859.

(ii) 0035620-18.2006.8.17.0001 - Trata-se de ação civil pública visando a modificar a forma de pagamento da mensalidade em virtude do número de disciplina cursadas. A questão em apreço gira em torno do fato da sociedade cobrar a mensalidade dos seus clientes (alunos) pelo serviço ofertado, o que gerou irresignação frente aos consumidores que entendem que devem pagar a mensalidade por disciplina cursada, e não pelo valor total como se tivessem cursando todas as disciplinas daquele semestre. A classificação de risco de perda atribuída pelo assessores jurídicos externos é possível e o valor estimado em R$ 300.

(b) Trabalhista

A Companhia, com apoio dos seus consultores jurídicos, efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista para suportar as prováveis saídas de recursos relacionados com essas causas. A administração mantém provisão no montante de R$ 399 (2013 -R$ 150). A administração mantém provisão no montante de R$ 3.085 para o Grupo (2013 -R$ 1.106).

Adicionalmente, a Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 dezembro de 2014 é de R$ 2.222 (2013 -R$ 25), para as quais não há provisão constituída. A Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista, classificados com risco de perda possível para o Grupo, cujo valor em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 4.057 (2013 - R$ 1.305), para os quais não há provisão constituída.

Adicionalmente, a Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista, cujas principais alegações são objetos das causas: horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias.

(c) Tributário

Os consultores jurídicos da Companhia efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza tributária e, para suportar prováveis perdas com essas causas, a administração não mantém provisão, pois não há, nesta mesma data processo com perda provável.

Da mesma forma os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza tributária, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 122.530 (2013 - R$ 3.028).

Dentre as principais ações e tributárias não provisionadas, podemos destacar:

(i) 0019270-28.2014.8.14.0301 - Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pelo Município de Belém referente a cobrança de ISS devido suposta perda da isenção tributária da UNESPA. A questão gira em torno da isenção da tributação pelo ISS através de autorização conferida à UNESPA pelo poder público municipal através de Decreto Municipal, posteriormente retiraram a isenção, lançando o crédito tributário relativo aos 5 últimos anos, o que gerou a presente ação. Antes do ajuizamento da ação a UNESPA ajuizou ação anulatória, tombada sob o nº 0057879-84.2009.8.14.0301 para anular os autos de infração que ao fim autorizou o ajuizamento da Execução Fiscal ora em comento. No presente momento ainda não iniciou-se o prazo para a defesa (embargos à execução) uma vez que estão aguardando a aceitação do bem ofertado a penhora pela UNESPA. A classificação de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é possível e o valor possível é de R$ 103.000.

(ii) 280/2014 - Trata-se de Procedimento Administrativo iniciado pelo Município de Santarém referente a cobrança de ISS referente a suposta perda da isenção tributária da ISES. A questão gira em torna da isenção da tributação pelo ISS através de autorização conferida à ISES pelo poder público municipal através de Decreto Municipal, posteriormente retiraram a isenção, lançando o crédito tributário relativo aos 5 últimos anos, o que gerou o presente processo. A questão foi impugnada na via administrativa. A classificação de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é possível e o valor possível é de R$ 4.254.

(iii) 10480.727015/2011-88 - Trata-se de processo administrativo onde a douta fiscalização aponta infração à legislação tributária caracterizada por divergências entre as informações prestadas na contribuição do Imposto de Renda Retido na Fonte dos anos calendários de 2008, 2009 e 2010. A classificação de risco de perda atribuída pelo assessores jurídicos externos é possível e o valor possível é de R$ 2.496.

(iv) 0020993-62.2013.8.17.0001 - Trata-se de ação anulatória contra o Município do Recife, por ilegalidade da notificação fiscal em desfavor da empresa autora, tendo sido concedida a liminar, ante ao depósito integral, para suspender a exigibilidade do crédito tributário, estando ainda pendente de julgamento. A questão em apreço se refere ao fato da sociedade ser beneficiária dos programas educacionais do governo federal, especificamente o PROUNI, o que acarreta em não geração de receita para a sociedade, consequentemente não deve haver tributação, contudo o Município do Recife entende que a receita é o valor do benefício fiscal concedido à IES em razão do PROUNI, desconsiderando a legislação, majorando indevidamente a base de cálculo do imposto. A classificação de risco de perda atribuída pelo assessores jurídicos externos é remota e o valor possível é de R$ 305.

(d) Contingências indenizatórias oriundas de combinação de negócios

Dentre as principais ações trabalhistas provisionadas, podemos destacar um passivo contingente indenizatório no valor de R$ 3.249 reconhecido referente às exposições trabalhistas do Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.-CESPI, da Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI e de sua subsidiária Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda, oriundo de combinação de negócios ocorrida em 2013.

Dentre as principais ações provisionadas, podemos destacar um passivo contingente no valor de R$ 108.766 reconhecido referente às exposições trabalhistas da União de Ensino Superior do Pará – UNESPA e do Instituto Santareno de Ensino Superior - ISES, oriundo de combinação de negócios ocorrida em 2014.

Os acionistas vendedores concordaram contratualmente indenizar a Ser Educacional pelo montante que pode tornar-se devido no que diz respeito às ações acima mencionadas. Para garantir esse montante foram fixados contratualmente retenção de parte dos valores de compra e venda, descontos em aluguéis futuros das unidades e hipotecas de imóveis em favor da Companhia. Um ativo de indenização, equivalente ao valor justo do passivo indenizado, foi reconhecido pela Companhia.

25 Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

	2014	2013
Lucro atribuível aos acionistas da Controladora	213.864	116.320
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	125.213	107.515
Lucro básico e diluído por ação - R$	1,71	1,08

A Companhia, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não mantém ações em tesouraria.

26 Combinação de negócios

(a) Faculdade Anglo Líder

Em 20 de janeiro de 2014, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas da Associação de Ensino Superior Anglo Líder Ltda., mantenedora da Faculdade Anglo Líder – FAL, localizada no município de São Lourenço da Mata, no Estado de Pernambuco. A FAL possui mantenças registradas no município de São Lourenço da Mata, Estado de Pernambuco, e cujo valor de aquisição foi de R$2.100, pagos à vista.

A FAL contém no seu portfólio 3 cursos de graduação e 350 alunos de graduação. Como resultado, espera-se que a Companhia aumente sua presença nesse mercado.

A tabela, a seguir, resume a contraprestação, paga ou a pagar, para aos antigos proprietários da FAL e os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição:

	Faculdade Anglo Líder - FAL
Total da contraprestação	2.100
Obrigações trabalhistas	(132)
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	(132)
Goodwill	2.232
	2.100

Como se trata de uma avaliação preliminar, os saldos ainda podem sofrer alterações em sua alocação dentro do período de mensuração.

A demonstração do resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 inclui, desde a data de aquisição, receitas e prejuízo nos montantes de R$ 1.434 e R$ 348.

(b) FASE

Em 21 de julho de 2014, conforme comunicado ao mercado divulgado em mesma data, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda para aquisição de 100% (cem por cento) das quotas emitidas pela sociedade Centro Educacional e Desportivo Fase Ltda., entidade mantenedora da instituição FASE - FACULDADE SANTA EMÍLIA, localizada na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco. O valor total da aquisição é de R$9,7 milhões de reais. Este montante resulta do valor atribuído aos negócios (valor da firma), do qual serão deduzidos as dívidas líquidas e ainda um valor a ser retido como garantia a eventuais contingências por um prazo de 5 (cinco) anos.

A instituição adquirida agrega cerca de 1.500 alunos à base do Grupo ,9 (nove) diferentes cursos, destacando-se os cursos de Bacharelado em Administração, Sistemas de Informação, Logística, dentre outros.

A tabela, a seguir, resume a contraprestação, paga ou a pagar, para aos antigos proprietários da FASE e os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição:

	Centro Educacional e Desportivo FASE Ltda
Total da contraprestação	4.719
Caixa e equivalentes de caixa	35
Clientes	1.552
Outros ativos	186
Partes relacionadas	1.121
Imobilizado	2.636
Intangível identificado - Marca	400
Intangível identificado - Licenças	2.700
Fornecedores	(406)
Emprestimos e financiamentos	(147)
Partes relacionadas	(1.438)
Obrigações trabalhistas	(3.266)
Obrigações tributárias	(1.246)
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	2.127
Goodwill	2.592
	4.719

A estimativa do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, efetuada pela administração com suporte de seus consultores independentes, considerou as seguintes metodologias:

- **a)** **Licenças de Operação:** as Licenças de Operação estão associados com os Cursos Credenciados e Mantenças credenciadas. Estes são interdependentes e, portanto, satisfazem o critério de separabilidade sob o CPC 04 quando considerados em conjunto. A avaliação do intangível de Licenças de Operação foi feita através da metodologia de Abordagem de Renda e Método "With or Without Method" ("WOWM"). O princípio base do WOWM é avaliar os seguintes cenários: 1º Avaliação do fluxo de caixa de gerado com as licenças adquiridas; 2º Avaliação do fluxo de caixa gerado sem as licenças adquiridas.
- **b)** **Marcas:** A abordagem de Renda, mais especificamente o "Relief-from-Royalty Method", foi utilizada para derivar o valor justo da Marca.

Como trata-se de uma avaliação preliminar, os saldos ainda podem sofrer alterações não significativas em sua alocação dentro do período de mensuração, principalmente nos componentes de contas a receber, imobilizado, tributos a recolher, contingências indenizatórias e provisão para contingências.

A demonstração do resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 inclui, desde a data de aquisição, receitas e prejuízo nos montantes de R$ 2.675 e R$ 894. Em decorrência das possíveis alterações de saldos da avaliação preliminar, ainda não é possível considerar o resultado acumulado das combinações ocorridas durante o ano, considerando o início do exercício corrente.

(c) Universidade da Amazônia e Faculdades Integradas do Tapajós

Em 23 de dezembro de 2013, conforme fato relevante divulgada em mesma data, a Companhia celebrou memorando de entendimentos com o propósito de negociar, com exclusividade, a aquisição pela Companhia da totalidade das quotas representativas do capital social da: União de Ensino Superior do Pará - UNESPA, mantenedora da UNAMA - UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, com sede em Belém-PA, e do Instituto Santareno de Ensino Superior - ISES ("Sociedades"), mantenedor da FIT - Faculdades Integradas do Tapajós, com sede em Santarém-PA, sujeito à realização de auditoria e cumprimento de determinadas condições precedentes normais nesse tipo de transação cujo prazo de exclusividade continua em vigor. O valor total da aquisição das quotas é de aproximadamente R$ 151.200.

Em 02 de julho de 2014, O Grupo através da sua subsidiária, ICES – Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda, efetuou um adiantamento para investimento no montante de R$ 24.000 referente à aquisição da totalidade do capital social das sociedades (i) União de Ensino Superior do Pará – UNESPA, mantenedora da Universidade da Amazônia – UNAMA, sediada em Belém-PA; e (ii) Instituto Santareno de Educação Superior – ISES, mantenedor das Faculdades Integradas do Tapajós - FIT, sediado em Santarém-PA; e (b) os direitos de associado (i) na Associação de Educação Superior do Médio Amazonas – AESMA; e (ii) na Fundação Instituto para Desenvolvimento da Amazônia – FIDESA.

Em 24 de outubro de 2014, O Grupo através da sua subsidiária, ICES – Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda, concluiu a aquisição, através da assinatura do termo de encerramento, da totalidade do capital social das sociedades (i) União de Ensino Superior do Pará – UNESPA, mantenedora da Universidade da Amazônia – UNAMA, sediada em Belém-PA; e (ii) Instituto Santareno de Educação Superior – ISES, mantenedor das Faculdades Integradas do Tapajós - FIT, sediado em Santarém-PA; e (b) recebeu os direitos de associado (i) na Associação de Educação Superior do Médio Amazonas – AESMA; e (ii) na Fundação Instituto para Desenvolvimento da Amazônia – FIDESA. Em 28 de outubro de 2014, o Grupo assumiu a gestão das empresas e dos direitos de associado adquiridos.

A tabela, a seguir, resume a contraprestação, paga ou a pagar, para aos antigos proprietários da UNAMA e FIT e os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição:

	União de Ensino Superior do Pará – UNESPA	Instituto Santareno de Educação Superior – ISES	Total
Contraprestação pela compra	175.120	13.389	188.509
Ativos de indenização	- 108.562	- 204	- 108.766
Total da contraprestação	**66.558**	**13.185**	**79.743**
Caixa equivalentes de caixa	26.481	326	26.807
Contas a receber de clientes	14.556	1.662	16.218
Tributos a recuperar	231	-	231
Adiantamentos a fornecedores	30	33	63
Outras contas á receber	457	173	630
Créditos com pessoas ligadas	937	-	937
Contas a receber de clientes	377	-	377
Outros créditos a receber	365	-	365
Imobilizado	9.119	1.538	10.657
Intangível	445	-	445
Intangível Identificado - Marca	12.100	700	12.800
Intangível Identificado - Carteira de Clientes	800	-	800
Intangível Identificado - Licenças	45.600	7.600	53.200
Fornecedores	- 112	-	- 112
Empréstimos e financiamentos	-	-	-
Salários, encargos e contribuições sociais	- 10.759	- 1.557	- 12.316
Tributos a recolher	- 951	- 70	- 1.021
Parcelamento de tributos	-	- 2.013	- 2.013
Outras contas a pagar	- 590	- 75	- 665
Empréstimos e financiamentos	- 1.998	-	- 1.998
Partes Relacionadas	- 270	- 937	- 1.207
Parcelamento de tributos	- 44	-	- 44
Contingências Indenizatórias	- 108.562	- 204	- 108.766
Provisão para contingências	- 3.906	-	- 3.906
Outros passivos	-	- 79	- 79
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	- 15.694	7.097	- 8.597
Goodwill	82.252	6.088	88.340
	66.558	**13.185**	**79.743**

A estimativa do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, efetuada pela administração com suporte de seus consultores independentes, considerou as seguintes metodologias:

a) **Carteira de clientes:** o valor justo de contas a receber de clientes foi apurado considerando o método do "Income Approach";

b) **Credenciamento e Licenças de Operação:** as Licenças de Operação estão associados com os Cursos Credenciados e Mantenças credenciadas. Estes são interdependentes e, portanto, satisfazem o critério de separabilidade sob o CPC 04 quando considerados em conjunto. A avaliação do intangível de Licenças de Operação foi feita através da metodologia de Abordagem de Renda e Método "With or Without Method" ("WOWM"). O princípio base do WOWM é avaliar os seguintes cenários: 1º Avaliação do fluxo de caixa de gerado com as licenças adquiridas; 2º Avaliação do fluxo de caixa gerado sem as licenças adquiridas.

c) **Marcas:** A abordagem de Renda, mais especificamente o "Relief-from-Royalty Method", foi utilizada para derivar o valor justo da Marca.

Como trata-se de uma avaliação preliminar, os saldos ainda podem sofrer alterações em sua alocação dentro do período de mensuração, principalmente nos componentes de contas a receber, imobilizado, tributos a recolher, ativo de indenização e provisão para contingências.

A demonstração do resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 inclui, desde a data de aquisição, receitas e prejuízo nos montantes de R$ 18.691 e R$ 1.236 na Universidade de Amazônia e receitas e prejuízo nos montantes de R$ 2.775 e R$ 129 nas Faculdades Integradas do Tapajós

27 Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2014, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas
Incêndio de bens do imobilizado (Prédios/Conteúdos)	R$ 28.000
Incêndio de bens do imobilizado (Caso aeronáutico)	US$ 5.800
Responsabilidade civil de funcionários e terceiros	R$ 2.500
Incêndio de bens do imobilizado (R.E.T.A aeronáutico)	R$ 485
Incêndio/Terceiros/Casco de Veículo leves e pesados	100% Fipe
Responsabilidade civil dos administradores	R$ 21.500

28 Eventos subseqüentes

a) UNG

Em 12 de dezembro de 2014, conforme fato relevante divulgada em15 de dezembro de 2014, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças por meio do qual sua subsidiária Centro Nacional de Ensino Superior Ltda., acordou adquirir 100% do capital social da Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda - APEP, mantenedora da UNIVERSIDADE GUARULHOS - UnG, sediada em Guarulhos-SP. O valor total da aquisição das quotas é de R$ 199.081.

Em 02 de fevereiro de 2015, O Grupo através da sua subsidiária, CENESUP – Centro Nacional de Ensino Superior Ltda. concluiu, no dia 30 de janeiro, a aquisição de 100% do capital social da Universidade Guarulhos - UnG, conforme termos e condições dispostos no Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, celebrado em 12 de dezembro de 2014. Tendo sido concluídas as condições de implementação, incluindo a reorganização societária, a Ser Educacional, por meio da CENESUP (i) pagou, no dia 30 de janeiro, R$63.741 e (ii) pagará R$ 135.340, em cinco parcelas anuais corrigidas pelo IGP-M. O valor total da Aquisição é de R$199.081.

No que se refere, a aquisição do negócio "UNG" ocorrido no primeiro trimestre de 2015, a Companhia encontra-se no período de mensuração previsto no CPC 15 (R1) – Combinação de negócio, o qual não poderá exceder a um ano da data de aquisição, onde o adquirente poderá ajustar os valores provisórios reconhecidos em fase de mensuração dos ativos identificáveis.

b) Programa de recompra de ações

Em 12 de janeiro de 2015, foi aprovada a aquisição de até 3.752.237 (três milhões, setecentas e cinquenta e duas mil, duzentas e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de Emissão da Companhia, para manutenção, cancelamento em tesouraria ou recolocação no mercado, sem redução do capital social, dentro do prazo de 365 dias a partir de 12 de janeiro de 2015, com encerramento em 11 de janeiro de 2016, na forma de programa de recompra.

Até 31 de março de 2015, foram adquiridas 349.300 ações no valor total de R$ 6.213, registrados na reserva de capital. O custo mínimo, médio ponderado e máximo destas ações adquiridas no exercício, foram, respectivamente, R$ 16,00 R$ 17,79 e R$ 18,26.

c) BENNETT

Conforme fato relevante divulgado em26 de março de 2015, a Companhia celebrou, nesta data, Contrato de Cessão Onerosa de Mantença e Outras Avenças por meio do qual sua subsidiária União de Ensino Superior do Pará - UNESPA, acordou adquirir a Mantença do Centro Universitário Bennet, licenciado no Rio de Janeiro - RJ. O valor total da cessão onerosa é de R$ 10.000.

O fechamento da operação e a efetiva cessão da Mantença do Centro Universitário à UNESPA está sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes incluindo a aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e a aprovação da cessão da Mantença pelo MEC., a Ser Educacional, por meio da UNESPA (i) pagará, até 15 dias após a assinatura do contrato, R$1.000 e, tendo sido concluídas as condições de cessão, (ii) pagará R$ 9.000, no fechamento da operação.

No que se refere, a aquisição do negócio "BENNETT" ocorrido no primeiro trimestre de 2015, a Companhia encontra-se no período de mensuração previsto no CPC 15 (R1) – Combinação de negócio, o qual não poderá exceder a um ano da data de aquisição, onde o adquirente poderá ajustar os valores provisórios reconhecidos em fase de mensuração dos ativos identificáveis.

Relatório da Administração 2014

Aos Acionistas,

A Ser Educacional S.A. apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (IFRS – *International Financial Reporting Standards*), emitidos pelo IASB (*International Accounting Standards Board*).

Mensagem da Administração

O ano de 2014 foi de importantes conquistas para o Grupo Ser Educacional. A Companhia continuou a apresentar crescimento robusto de sua base de alunos, elevados padrões de qualidade de ensino e com índices sustentáveis de rentabilidade a seus acionistas. Esses resultados são fruto de uma visão objetiva de futuro que vem sendo praticada ao longo de 11 anos: "estar entre os maiores grupos educacionais do país, reconhecido por prestar serviços de qualidade, com resultados sustentáveis e satisfação dos alunos, colaboradores, acionistas, organizações e comunidades."

Sob a ótica do crescimento orgânico de sua base de alunos, a Companhia inaugurou duas novas unidades sob a marca Mauricio de Nassau, as unidades de Manaus (Amazonas) e São Luís (Maranhão), localizadas, respectivamente, nas regiões norte e nordeste, as que apresentam maior crescimento econômico e alunos matriculados em ensino superior do Brasil. Nesse sentido, em 2014 também foram autorizados novos cursos de graduação nas unidades existentes. Atualmente, a Companhia possui 25 novas unidades e dois Centros Universitários em processo de autorização junto ao Ministério da Educação (MEC). As novas unidades fazem parte do processo de consolidação das atividades da Companhia nas regiões Nordeste e Norte para os próximos anos.

Outro destaque do ano foi o início das atividades ensino à distância (EAD). Aprovado pelo MEC em dezembro de 2013, a Companhia escolheu a UNINASSAU para iniciar cursos online, formando sua primeira turma no primeiro semestre de 2014. A primeira captação ocorreu com sucesso e contava no final do ano em seus 9 Pólos de Apoio Presencial. A Companhia adotou uma plataforma de ensino que permite ao aluno acompanhar os cursos de forma online em qualquer horário. Tal modelo diminui a necessidade da presença física do aluno no Polo de Apoio Presencial e possibilita que o estudante planeje melhor suas atividades acadêmicas, conciliando-as com as demais atividades de seu cotidiano. O EAD será uma importante alavanca de valor para os próximos anos uma vez que os investimentos mais relevantes já foram realizados e daqui por diante a Companhia focará nos processos de captação e melhoria continua da modalidade de ensino.

No segmento de fusões e aquisições, o Grupo Ser Educacional realizou quatro importantes iniciativas em 2014, que agregaram 32 mil alunos à Companhia, com investimento total de R$362 milhões. A primeira foi a aquisição realizada em janeiro da Associação de Ensino Superior Anglo Líder, mantenedora da Faculdade Anglo Líder (FAL). A instituição está localizada no município de São Lourenço da Mata, no Estado de Pernambuco. A instituição foi adquirida pelo valor de R$2,1 milhões e contava com cerca de 350 alunos. Em julho, foi anunciada a aquisição da sociedade Centro Educacional e Desportivo Fase Ltda., entidade mantenedora da instituição FASE (Faculdade Santa Emília). Com 1.500 alunos e localizada em Olinda, Pernambuco, a aquisição foi firmada em R$9,7 milhões. Em outubro foi a vez do anuncio da aquisição da União de Ensino Superior do Pará (UNESPA), mantenedora da Universidade da Amazônia (UNAMA), sediada em Belém, Estado do Pará e Instituto Santareno de Educação Superior (ISES), mantenedor das Faculdades Integradas do Tapajós (FIT), sediado em Santarém, também no Estado do Pará, por R$151,2 milhões, com 12,2 mil alunos. Por fim, em dezembro de 2014, a Companhia assinou com a Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisas s/s Ltda. (APEP), mantenedora da Universidade Guarulhos (UnG), sediada em Guarulhos. Em setembro de 2014, a UnG contava com aproximadamente 17 mil alunos e a transação concluída em janeiro de 2015 totalizou R$199,1 milhões. Em março de 2015, a Companhia deu mais um importante passo na região sudeste ao anunciar a assinatura de um contrato de cessão de mantença do Centro Universitário Bennett, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Quando as condições precedentes forem concluídas, o Grupo poderá iniciar operações nessa importante cidade do Brasil e dará continuidade a sua estratégia de expansão no sudeste.

Como resultado das iniciativas de crescimento orgânico, desenvolvimento de novos negócios e aquisições, a base de alunos do Grupo Ser Educacional apresentou crescimento de 30,0% em relação a dezembro de 2013, totalizando 128,5 mil alunos.

O crescimento da base de alunos somente é sustentável se houver qualidade de ensino, alunos satisfeitos e bom nível acadêmico que permita aos alunos ingresso no mercado de trabalho e melhoria de renda. Para obter estes resultados, os objetivos acadêmicos do Grupo Ser são focados em empregabilidade e bom desempenho no IGC (Índice Geral de Cursos) e CPC (Conceito Preliminar de Curso).

Para o item Desempenho no IGC e CPC, já considerando a aquisição da UnG, 92% das instituições da Companhia apresentaram resultado satisfatório (IGC igual ou superior a 3) na avaliação referente ao ano de 2013, indicação de bom nível de qualidade, com evolução positiva ano após ano. Em relação ao CPC, 90% dos cursos apresentaram desempenho destacado, com índice igual ou superior a 3, indicador de que a qualidade dos cursos mantém-se elevada, mesmo considerando todas as aquisições realizadas em 2014.

Quanto a empregabilidade, 60% dos alunos de graduação presencial que estudam nas unidades da Companhia trabalham ou fazem estágio, um indicador bastante positivo da atração de nossos estudantes no mercado de trabalho.

As práticas de responsabilidade social fazem parte dos valores e do cotidiano do Grupo Ser Educacional. A Companhia investe diretamente e estimula seus alunos, professores e colaboradores realizarem atividades que beneficiem a sociedade e as comunidades onde as unidades da Companhia estão inseridas. Essas iniciativas são subdivididas em quatro pilares primordiais: cultura, esportes, comunidades e ações sócio ambientais.
Essas atividades, colaboram com sentimento de pertencer dos alunos junto as suas comunidades regionais e com a instituição que promove essas atividades, gerando uma ligação entre alunos, comunidade, governos e instituição extremamente benéfica para todos os envolvidos. A Companhia promove essas atividades por meio de suas instituições e coordenadas pelo Instituto Ser Educacional que acumula mais de 10 mil atendimentos sociais nas quatro áreas mencionadas anteriormente.

Como reconhecimento desses esforços, pela sexta vez consecutiva, a UNINASSAU está em primeiro lugar entre as instituições particulares mais lembradas pelos pernambucanos. O Prêmio Recall de Marcas é resultado de uma pesquisa realizada pelo Jornal do Commercio em parceria com o Instituto Harrop de Pesquisa. O Grupo também recebeu da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), certificações que atestam o empenho da instituição com a responsabilidade social e o desenvolvimento da sociedade, devido aos trabalhos gerados para auxiliar no desenvolvimento da sociedade pela UNINASSAU e Faculdade Joaquim Nabuco.

O ano de 2014 se encerrou com incertezas no que diz respeito ao ambiente regulatório ao qual as empresas do setor de educação estão submetidas, em especial em relação ao Programa de Financiamento Estudantil (FIES), com os anúncios de novas medidas implementadas pelo Ministério da Educação ("MEC"). É neste cenário de importantes mudanças regulatórias que se inicia o ano de 2015, com desafios para a Companhia, que concentra seus esforços de curto prazo no acompanhamento e adaptação às novas normas do MEC, de forma a manter seu ritmo de crescimento condizente com seus objetivos de rentabilidade.

A Administração está confiante na manutenção do crescimento de sua base de alunos e manterá sua estratégia de crescimento com rentabilidade, combinando movimentos voltados ao crescimento orgânico com aquisições. Esse posicionamento estratégico será fundamental para atravessar esse período de incertezas de curto prazo visando no longo prazo continuar a criar um grupo educacional de abrangência nacional, reconhecido por prestar serviços de qualidade, com resultados sustentáveis e satisfação dos alunos, colaboradores, acionistas, organizações e comunidades.

Desempenho Operacional e Financeiro

As informações operacionais e financeiras utilizadas na análise de resultados consideram as aquisições de UNAMA, FIT, FAL e FASE, a partir das datas em que a Ser assumiu as operações. UnG, portanto, será consolidada apenas a partir do primeiro trimestre de 2015.

O Grupo Ser encerrou o ano de 2014 com crescimento de 30,0% em sua base de alunos 128,5 mil alunos, sendo que 101,2 mil correspondiam a cursos de graduação presencial, um incremento de 44,0% em relação a dezembro de 2013.

Este foi o primeiro ano do curso de graduação na modalidade Ensino a Distância (EAD), modalidade 100% online, resultando em 2,0 mil alunos matriculados em 6 diferentes estados. No segmento de pós-graduação, o Grupo encerrou o ano com 8,3 mil alunos, em linha com o ano anterior.

A Companhia teve a primeira turma de alunos concluintes do Pronatec, com 2,7 mil formados e encerrou o ano com 16,9 mil alunos freqüentando os cursos técnicos.

Receita Bruta

O Grupo Ser encerrou 2014 com receita bruta de R$833,1 milhões, um crescimento de 50,7% em relação a 2013, devido principalmente ao aumento de 44,0% no número de alunos de graduação presencial e ao início do curso de EAD, além do incremento no ticket médio. A receita líquida alcançou R$705,1 milhões, com acréscimo de 54,4%, em linha com o crescimento da receita bruta.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços totalizou R$257,1 milhões, representando 36,5% da receita líquida em 2014, uma melhoria de 1,4 p.p. em relação a 2013, refletindo os ganhos de escala em virtude do maior número de alunos e o rígido controle de custos, mesmo com a abertura de mais duas unidades, que ainda não operam em plena capacidade, e o incremento de professores em nosso quadro docente, além do aumento do custo de energia elétrica, que teve reajustes acima da inflação.

Lucro Bruto e Margem Bruta

O lucro bruto foi de R$437,8 milhões em 2014, o que representa um aumento de 58,3% em relação ao ano anterior, com margem bruta de 62,1%, 1,5 p.p. superior a 2013, como conseqüência das ações de ganho de escala e eficiência operacional.

Despesas Operacionais

Em 2014, as despesas operacionais totalizaram R$200,3 milhões, o que corresponde a 28,4% da receita líquida, uma queda de 1,2 p.p. sobre o ano anterior, demonstrando um rígido controle dos gastos da Companhia.

EBITDA

A Companhia alcançou um EBITDA ajustado de R$ 247,8 milhões e margem de 35,1%, uma elevação de 1,3 p.p. quando comparada ao mesmo período do ano anterior. Essa evolução das

margens é decorrente dos ganhos de escala e controle de custos e despesas, mesmo com a integração da FAL, FASE e UNAMA, que apresentam margens inferiores à da Ser.

Endividamento

A Ser finalizou 2014 com um endividamento líquido de R$ 37,0 milhões, comparado a um caixa líquido de R$ 174,0 milhões, quando a Companhia abriu capital e estava ainda com os recursos em caixa antes das aquisições anunciadas no ano.

Resultado financeiro

O resultado financeiro de 2014 foi positivo em R$ 0,8 milhão, comparado a uma despesa financeira líquida de R$ 15,9 milhões refletindo o capital investido advindo da abertura de capital.

Imposto de renda e contribuição social

O montante de Imposto de Renda e Contribuição Social totalizou R$16,3 milhões, comparado a R$ 5,2 milhões em 2013. A Ser, por ter aderido ao Prouni, possui benefícios fiscais oriundos desse programa deduzindo parte destes impostos, referentes aos seus alunos de graduação. As receitas dos demais segmentos (Pronatec, pós, EAD), entretanto, contribuem com as alíquotas normais desses impostos.

Lucro líquido

O lucro líquido foi de R$ 213,9 milhões, evolução de 83,9% em relação a 2013, o maior da história da Companhia.

Investimentos

O volume de investimentos realizado no ano foi de R$295,6 milhões, 147% acima de 2013. Estes recursos incluíram aquisição de três imóveis, reforma e construção de unidades para sustentar o crescimento dos próximos anos, investimentos em bibliotecas e computadores, além dos pagamentos das instituições adquiridas.

Governança corporativa

Em 2014, dois comitês foram aperfeiçoados: Comitê de Auditoria e Finanças e o Comitê de RH e Governança. Estes órgãos funcionam como apoio ao Conselho de Administração na tomada de decisão.

O Comitê de Auditoria e Finanças tem por objetivos supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias e a adequação dos processos relativos à gestão de riscos, além das atividades dos auditores internos e independentes.

O Comitê de RH e Governança tem por objetivo elaborar a política de remuneração dos nossos órgãos da administração, revisar salários, bônus e opções de compra e verificar se estão em condições de mercado.

Neste ano também foi implementada a área de Controles Internos e Compliance, com reporte direto à Diretoria Financeira, no intuito de aperfeiçoar relatórios e prevenir eventuais pontos de risco, tanto na área operacional quanto fiscal.

Em 5 de janeiro de 2015 foi anunciada a entrada da ação da Ser, SEER3, no índice IBRX-100. O IBrX - Índice Brasil é um índice de preços que mede o retorno de uma carteira teórica composta por 100 ações selecionadas entre as mais negociadas na BOVESPA, em termos de número de negócios e volume financeiro. A ação continua fazendo parte do IGC, por ser listada no Novo Mercado, nível mais alto de Governança da Bolsa. O IGC - Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada tem por objetivo medir o desempenho de uma carteira teórica composta por ações de empresas que apresentem bons níveis de governança corporativa. Tais empresas devem ser negociadas no Novo Mercado ou estar classificadas nos Níveis 1 ou 2 da BM&FBOVESPA.

Auditoria independente

Em conformidade com a instrução CVM n° 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi contratada para a prestação dos seguintes serviços para o Grupo Ser Educacional:

Serviços	Honorários	Prazo	Natureza
Auditoria	R$ 905.000,00	Abr/14-Mar/15	Revisões trimestrais e exame das demonstrações financeiras de 2014
Due Diligence	R$ 883.965,00	Ago/14 e Mar/15	Due diligence

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

Declaração da Diretoria

A Diretoria da Ser Educacional declara, no termos da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer da PwC, emitido em 31 de março de 2015; e (ii) com as demonstrações financeiras contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Aderência a Câmara de Arbitragem

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da BOVESPA, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.

Agradecimentos

A Administração da Ser Educacional agradece aos seus alunos, professores, colaboradores, acionistas e prestadores de serviços pela confiança e parceria durante o ano e espera contar com esta mesma dedicação durante o ano de 2015.

A Administração

Parecer do Comitê de Auditoria e Finanças

De acordo com o que estabelece seu Regimento Interno, compete ao Comitê de Auditoria e Finanças supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos, as atividades dos auditores internos e independentes, bem como o acompanhamento da gestão financeira da Companhia e a execução do orçamento e plano de investimentos.

Com base nesse trabalho, o Comitê de Auditoria e Finanças faz recomendações à Administração quanto à aprovação dos relatórios financeiros e sobre eventuais ações visando melhorias dos controles internos, análises de compliance e a gestão de riscos.

O Comitê de Auditoria e Finanças é composto de três membros, sendo dois membros do Conselho de Administração e um membro externo e independente, que se encontram em pleno exercício de seus respectivos mandatos. O Comitê de Auditoria e Finanças da Ser Educacional S.A., de acordo com calendário anual de reuniões, previamente discutido e aprovado por seus membros, realizou quatro reuniões ordinárias trimestrais e uma reunião extraordinária, com a participação de diretores e executivos da Companhia, auditores internos e independentes.

Considerando os sistemas de controles internos existentes, a abrangência, a independência e a eficácia dos trabalhos realizados pelos auditores externos, assim como seu respectivo parecer, sem ressalvas, este Comitê de Auditoria e Finanças entendeu que as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 apresentam adequadamente a posição financeira e patrimonial da Ser Educacional S.A. em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária brasileira e as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e recomenda a apreciação das mesmas pelo Conselho de Administração da Companhia e posterior encaminhamento para deliberação da Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas nos termos da Lei de Sociedades por Ações.

Recife (PE), 31 de março de 2015

Flávio César Maia Luz

Francisco Muniz Barreto

Renato Chaves